

NOA PIATÃ BASSFELD GNATA

**MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS:
DESREGULAÇÃO, RESTRIÇÃO E LIBERDADE DE
CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES**

**CURITIBA
2005**

NOA PIATÃ BASSFELD GNATA

**MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS:
DESREGULAÇÃO, RESTRIÇÃO E LIBERDADE DE
CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES**

Monografia apresentada como requisito
parcial à conclusão do Curso de Direito,
Setor de Ciências Jurídicas, Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: **Dr^a. Tatyana Scheila Friedrich**

**CURITIBA
2005**

TERMO DE APROVAÇÃO

NOA PIATÃ BASSFELD GNATA

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: DESREGULAÇÃO,
RESTRIÇÃO E LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no
Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências de Jurídicas da Universidade
Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Scheila Friedrich

Prof.^a Dr.^a Tatyana Scheila Friedrich
Departamento de Direito Privado, UFPR



Prof. Dr. Romeu Felipe Bacellar Filho
Departamento de Direito Público, UFPR

Ana Cláudia Finger

Prof.^a Ana Cláudia Finger
Departamento de Direito Público, Unibrasil

Curitiba, 03 de outubro de 2005

**Àqueles que, em busca de dignidade, refutam a
si e ao próprio chão para regar o feijão alheio**

Dedico

Hão de se libertar

A

Marlise Bassfeld

por cada manhã, pão e sorriso; exemplo de firmeza, ética, coragem e alteridade

Sílvio Gnata

pela serenidade, afeto e companheirismo

Paula Cristina

pelo amor, fé, paz e abrigo

Airton Surdi

Decisivo no caminho, sem o qual o horizonte seria irremediavelmente lindeiro

Jacir Venturi

Por dar sentido e exemplo firmes aos e dos conceitos de disciplina e perseverança

André, Daniel, Fabrício, Flávio e todos os Amigos

há décadas presentes, pelo porto, ópio e cumplicidade

Elsa, Celmira, Mariane, João Roberto e Família

Mesmo lá no pé da serra, estiveram sempre presentes, nos piores e melhores momentos.

Tatyana Friedrich

pela interlocução neste trabalho, afluentes cujas infinitas ramificações instigam a seguir em frente

Agradeço

“A preocupação com o outro é hoje a mais profunda e revolucionária idéia”

Noam Chomsky

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| | RESUMO..... | Ix |
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 2 | ASPECTOS CONJUNTURAIS DA CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE MÃO-DE-OBRA..... | 2 |
| 2.1 | CONTEXTO DE UMA DEMANDA SOCIAL EMERGENTE..... | 2 |
| 2.2 | OFERTA E PROCURA: SUBEMPREGO E DEMANDA DE MÃO- DE-OBRA MIGRANTE..... | 5 |
| 2.3 | DESREGULAÇÃO: OMISSÃO CONSENTE DOS ESTADOS RECEPTORES ACERCA DA CONDIÇÃO DOS IMIGRANTES IRREGULARES..... | 10 |
| 2.4 | DISCRIMINAÇÃO E XENOFOBIA..... | 12 |
| 3 | PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E NORMAS INTERNACIONAIS SOBRE TRABALHADORES MIGRANTES | 15 |
| 3.1 | PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO..... | 16 |
| 3.1.1 | O mito da proteção no direito do trabalho..... | 18 |
| 3.1.2 | Princípios encartados nas Declarações Humanistas..... | 20 |
| 3.1.2.1 | Igualdade de direitos..... | 20 |
| 3.1.2.2 | Não-discriminação..... | 21 |
| 3.1.3 | Princípios constantes da Declaração relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho da OIT de 1998..... | 22 |
| 3.1.3.1 | A liberdade de associação e a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva..... | 23 |
| 3.1.3.2 | A eliminação de todas as formas de trabalho escravo ou gratuito (forçoso ou obrigatório)..... | 24 |
| 3.1.3.3 | A abolição efetiva do trabalho infantil..... | 24 |
| 3.1.3.4 | A eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação..... | 25 |
| 3.2 | NORMAS INTERNACIONAIS SOBRE TRABALHADORES MIGRANTES..... | 25 |
| 3.2.1 | A Convenção nº 97 da OIT..... | 26 |
| 3.2.2 | A Convenção nº 143 da OIT..... | 27 |
| 3.2.3 | A Convenção Internacional da ONU sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e de seus familiares..... | 29 |
| 4 | MARCHA GLOBALIZANTE: A LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DOS BLOCOS ECONÔMICOS..... | 32 |
| 4.1 | A EXPERIÊNCIA EUROPÉIA..... | 33 |
| 4.1.1 | Direito Comunitário do Trabalho Europeu..... | 33 |
| 4.1.2 | A livre circulação de pessoas..... | 36 |
| 4.1.3 | Normas comunitárias relativas à livre circulação de pessoas..... | 38 |
| 4.1.3.1 | Regulamentos nº 1612/68, 312/76 e 2434/92 do Conselho Europeu..... | 38 |

| | | |
|---------|--|----|
| 4.1.3.2 | Diretiva nº 2004/038/CE do Conselho Europeu | 40 |
| 4.1.3.3 | Diretiva nº 2003/109/CE do Conselho Europeu..... | 44 |
| 4.1.4 | Jurisdição e jurisprudência comunitárias relativas à liberdade de circulação..... | 45 |
| 4.2 | O MIGRANTE NO MERCOSUL..... | 47 |
| 4.2.1 | Principais normas do Mercosul sobre direitos sociais e circulação de trabalhadores..... | 50 |
| 4.2.1.1 | Declaração Sócio-laboral do Mercosul..... | 52 |
| 4.2.2 | Ordenamento interno brasileiro..... | 55 |
| 5 | CONCLUSÃO | 59 |
| | REFERÊNCIAS | 62 |

RESUMO

O fenômeno migratório internacional permeia a organização produtiva neoliberal. Os migrantes vivenciam o paradoxo entre, de um lado, discriminação e marginalidade jurídicas – condicionadas pela desregulação e omissão estatais – e, de outro, a incumbência de movimentar as economias desenvolvidas, realizando atividades estruturais em ambos os níveis produtivos. A sistematização internacional de proteção dos direitos dos migrantes não se vê efetiva, diante de notícias do vilipêndio constante destes direitos. Os imigrantes tornam-se vulneráveis a condições de trabalho adversas, em que são severamente explorados. As Convenções nºs 97 e 143 da OIT, no trato específico dos migrantes, contêm normas se não eficazes, ao menos estimuladoras, como instrumento de defesa da dignidade destes trabalhadores. Os princípios da não-discriminação, liberdade sindical, erradicação dos trabalhos escravo e infantil, declarados como fundamentais pela OIT, propiciam a mobilização da sociedade civil para a concretização de seus mandamentos, mediante órgãos internacionais de denúncia e solução de controvérsias. As políticas migratórias no âmbito da integração regional, por sua vez, apresentam realidade distinta, em que se concretiza a liberdade plena de circulação de trabalhadores, por meio, entre outros, das Diretivas nºs 2004/38 e 2003/109 do Conselho Europeu. Entretanto, Estados subscritores dos princípios da igualdade e não-discriminação segregam os migrantes cotidianamente, pois estes geralmente se encontram em situação irregular. O choque entre as realidades denota a ínsita discriminação dos estrangeiros residentes nos Estados receptores, mormente dos migrantes irregulares, que carecem de inclusão social e jurídica para que alcancem índices mínimos de dignidade.

Palavras-chave: Direito Internacional e da Integração Regional. Circulação de Pessoas. Migrações Laborais.

1 INTRODUÇÃO

A temática das migrações laborais internacionais contemporâneas é variável decorrente do cenário político-econômico global em que a adversidade nas condições de desenvolvimento humano, suportada pelas populações oriundas de regiões periféricas do planeta, impulsiona massivos contingentes a circular além das fronteiras políticas em busca de subsistência em ambientes mais ecúmenos, que constituem dinâmicos pólos atrativos de força de trabalho.

Este fenômeno social é de inegável relevância para o direito, tanto que motivador de tratados e regulamentação específicos. A sistematização das normas internacionais gerais, em um plano, e a das regionais, em outro, denotam distintos regimes jurídicos da circulação internacional de trabalhadores.

Este trabalho aborda os marcos normativos internacionais que tratam especificamente do assunto, dentre tantos que abordam os direitos sociais, bem como colaciona dados da sua inefetividade, representada pelos fatos que denunciam a exploração dos migrantes em diversos nichos receptores.

Estuda, também, a regulamentação da mobilidade profissional no âmbito da integração regional na União Européia – com grau de desenvolvimento invejável, constitutivo de parâmetro pioneiro no plano jurídico – e no Mercosul – que ainda tem muito a caminhar, observando sua utilidade dentro da realidade concreta a que visa tutelar.

O paralelo entre as posturas legislativas da integração regional e da regulamentação internacional mínima permite a tomada de conclusões, senão aprazíveis, necessárias, conforme se vê adiante.

2 ASPECTOS CONJUNTURAIS DA CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE MÃO-DE-OBRA

2.1 CONTEXTO DE UMA DEMANDA SOCIAL EMERGENTE

A liberdade de circulação de que se trata neste trabalho importa o direito à migração voluntária¹ para o fim de desempenho de atividade laboral em outro território, no plano internacional, em razão dos díspares contextos social e jurídico em que se apresenta. Esta questão merece amplo estudo e aprofundamento, já que as preocupações políticas governamentais, sociais e jurídicas doutrinárias aumentaram à conjuntura contemporânea de globalização, ao passo que se aceleraram os níveis de exploração e desregulação².

A falta de uma proteção jurídica efetiva para os trabalhadores migrantes se tornou atrativo para as empresas captadoras de serviços na manutenção e incremento da competitividade. Porém estes indivíduos acabam obrigados a trabalhar em situações

¹ Quando não se dão os pressupostos especiais de proteção internacional, como atividades diplomáticas ou consulares; exilados por razões políticas ou religiosas ou mesmo refugiados por questões de força maior ou caso fortuito. MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el MERCOSUR*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em 25 set. 2005. p. 1

² “La aceleración de la globalización económica ha generado más trabajadores migrantes que lo ocurrido en cualquier otro tiempo. El desempleo y la creciente pobreza han determinado que muchos trabajadores de los países en desarrollo busquen trabajo en el extranjero. Los países desarrollados han aumentado su demanda de trabajadores, especialmente de trabajadores no calificados. Como consecuencia de ello, son millones los trabajadores y sus familias que viajan a otros países para encontrar trabajo. Se estima que actualmente existen en el mundo 175 millones de migrantes, de los que aproximadamente la mitad son trabajadores, (y que alrededor de un 15 por ciento de éstos se encuentra en situación irregular). Las mujeres representan casi la mitad de los migrantes. Los trabajadores migrantes contribuyen a la economía de sus países de acogida y las remesas de dinero que envían a sus hogares ayudan a desarrollar las economías de sus países de origen. Sin embargo, al mismo tiempo, es frecuente que los trabajadores migrantes tengan una escasa protección social y sean vulnerables a la explotación y al tráfico de personas. Los trabajadores migrantes con una capacitación son menos vulnerables a la explotación, pero su partida ha privado a algunos países en desarrollo de unos trabajadores valiosos de los que están necesitadas sus economías. Las normas de la OIT sobre las migraciones confieren mecanismos, tanto a los países de origen de los trabajadores migrantes como a los países receptores, para la gestión de los flujos migratorios y para la garantía de una adecuada protección a esta categoría vulnerable de trabajadores”. OIT: *En busca de un compromiso equitativo para los trabajadores migrantes en la economía globalizada*, Informe VI, Conferencia Internacional del Trabajo, 92ª reunión, Ginebra, 2004; P. Stalker, *Workers without frontiers: The impact of globalization on international migration*, (OIT, Ginebra, 2000). Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/inf/magazine/34/migrants.htm>> Acesso em: 25 set. 2005.

que são aplicadas a condições de trabalho que não se podem considerar minimamente dignas³.

Os migrantes em situação irregular são particularmente vulneráveis, por temerem ser apreendidos ou deportados, o que os desestimula a se sindicalizar e os expõe a condições laborais indignas, desgastantes ou perigosas⁴.

Para os Estados, os interlocutores sociais e a sociedade civil, as migrações laborais representam verdadeiros dilemas políticos⁵. Muitos Estados que têm estruturado barreiras contra o ingresso ilegal de trabalhadores migrantes parecem agora tolerar a presença de grandes quantidades de migrantes em situação irregular⁶, especialmente os que trabalham nos setores mais mal remunerados e menos atraentes para os trabalhadores nativos.

Em geral, os setores que empregam mão-de-obra migrante são objeto de pouco ou nenhum controle que garanta seguridade social ou assistência à saúde no trabalho ou sequer condições de trabalho decentes, o que provoca o emprego de trabalhadores migrantes em ambientes inadequados e estimula o capital e o emprego a se deslocarem da economia formal para a informal.

A aplicação generalizada de políticas restritivas acaba se coadunando ao crescente vilipêndio dos migrantes e estrangeiros, seja na imprensa, no discurso

³ “O boliviano M.A., 25, é um deles. Desembarcou por aqui há um ano, atraído pelo anúncio de emprego com direito a “moradia, comida e salário de US\$ 100” (R\$ 250, considerado de classe média na Bolívia). Entrou no país pela fronteira do Paraguai, que cruzou a pé. Quando chegou a São Paulo, no entanto, não encontrou exatamente o que imaginava: a moradia, na verdade, era um cortiço no Bom Retiro, onde tinha direito a apenas um banho por semana; o cardápio se restringia a arroz com salsicha e o salário não passava de R\$ 200. Mesmo assim, ficou. ‘Pelo menos aqui há emprego’, diz”. Extraído de *Cerca de um milhão de imigrantes vivem de forma irregular no Brasil, a maioria em São Paulo*. Revista da Folha. 20 mar. 2005.

⁴ “Como formiguinhas atrás do açúcar, os pobres saem em busca de condições de vida mais digna. O número de latinos que vivem nos EUA hoje é estimado em 32 milhões. São úteis para a economia dos países ricos, porque executam os serviços mais pesados, que exigem menos qualificação. Como não têm documentação e pode ser expulsa a qualquer hora, a maioria é subempregada e aceita os piores salários. Na colheita de algodão dos EUA, a mão-de-obra chicana é três vez mais barata que a americana” Luiz Bassegio, secretário do Serviço Pastoral dos Migrantes, em entrevista ao Estado de São Paulo. 27 jan. 2005.

⁵ Paralelamente ao Fórum Social Mundial deste ano, em Porto Alegre, ocorreu o seminário *Travessias: Migrações na Desordem Global*, que levou a debate a questão da migração internacional.

⁶ “Por causa dessa conveniência financeira, o governo, quando quer, faz vista grossa para a entrada de migrantes. O problema é que, apesar da contribuição econômica, os migrantes sem documentos vivem em condições precárias, sem poder exigir direitos mínimos de qualquer cidadão, sujeitos a coações, além de conviver com preconceito e xenofobia”. Luiz Bassegio. O Estado de São Paulo. 27 jan. 2005.

político ou na opinião pública. A associação dos migrantes e do fenômeno migratório com a delinquência e, atualmente, com o terrorismo, aumenta o preconceito contra eles, que são tidos de maneira pejorativa, discriminatória, xenofóbica.

É consente que o bem-estar coletivo depende da harmonia dos fatos sociais com sua regulamentação jurídica – na eterna relação entre fato, valor e norma, tridimensionalmente relacionados pelo professor Miguel Reale. A governabilidade das migrações e a regulação do mercado de trabalho somente mostrar-se-ão viáveis se e quando seu marco jurídico for tratado internacionalmente de forma coesa, com o pressuposto uníssono da proteção dos trabalhadores⁷.

Desta forma, apenas se fortalece a segurança jurídica e a democracia em condições de globalização econômica, se for fomentado com igual energia o fortalecimento da gestão das migrações e do mercado de trabalho no plano social.

A complementaridade entre os instrumentos jurídicos internacionais sobre migração deve servir como marco teórico-positivo para elaboração de políticas migratórias tanto no plano interno quanto no exterior, e a busca de efetividade na aplicação e vigência destas normas é desafio premente da sociedade contemporânea.

Ainda que sejam utópicos o conceito e a concretização da *cidadania universal*, seu influxo ideológico humanista, por si só, mostrar-se-ia suficiente para a revisão eficaz dos instrumentos normativos internos e internacionais – acompanhados de políticas públicas enérgicas – que tratem da circulação de trabalhadores.

Dentre os marcos normativos internacionais⁸ sobre direitos sociais, tratam especificamente da matéria dos trabalhadores migrantes as Convenções n^{os} 97 e 143 da OIT, a Convenção das Nações Unidas de 1990 sobre trabalhadores migrantes, documentos que constituem a Carta Internacional das Migrações, que serão explorados adiante.

⁷ “(...) como decorrência da integração na humanidade, emerge o estatuto da “cidadania universal”, que ainda não está definido legalmente, mas que vai se mostrando cada dia mais imprescindível. Como ainda carece de formulações jurídicas, tanto mais este estatuto precisa se concretizar a partir de critérios éticos, que possam urgir suas consequências”. VALENTINI, Dom Luiz Demétrio. *Conferência Ética e Migrações no Contexto Mundial*. Seminário Travessias – Migrações na Desordem Global: Fórum Social Mundial de Porto Alegre, 23 jan. 2005.

⁸ OIT. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilolex/spanish/subjectS.htm#s16>> Acesso em: 22 set. 2005

2.2 OFERTA E PROCURA: SUBEMPREGO E DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA MIGRANTE

A crescente interdependência econômica dos Estados é um dos elementos mais amplamente reconhecidos da globalização. É provável que as pressões migratórias tendam a aumentar em muitas partes do mundo, ainda que os efeitos imediatos da globalização sejam mais difíceis de determinar.⁹

O processo integral de globalização intensificou os efeitos degradantes da modernização e desenvolvimento capitalista, e muitos países em desenvolvimento enfrentam graves deslocamentos sociais e econômicos associados à pobreza, ao desemprego, à perda dos moldes tradicionais de comércio e a uma crise da segurança econômica e da seguridade social¹⁰.

A maioria dos migrantes visa ao desempenho de atividades remuneradas e a participar da força de trabalho, e acaba enfrentando os fenômenos de discriminação e xenofobia nos países receptores.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as estatísticas sobre migrações internacionais de muitos países são escassas e não têm em conta, ou

⁹ “Uma pequena fração da população dos países andinos está chegando ao Brasil, mas forma parte da corrente humana que hoje cruza fronteiras de um lado para o outro no mundo. Peruanos, brasileiros e iranianos pululam no Japão, que anda perdendo população há décadas com uma drástica redução da natalidade. A África do Sul expulsa a cada ano 100.000 de seus milhões de imigrantes não documentados; muitos deles acabam voltando clandestinamente. Os chineses entram na Europa pelos Balcãs, os muçulmanos na Itália via Bósnia em vôos semanais que partem de Istambul e Teerã. No primeiro semestre do ano 2000, o governo da Croácia já capturou 10.000 imigrantes ilegais, comparáveis a 8.000 durante todo o ano de 1999, e procedentes da China, Romênia, Turquia, Bangladesh e outros países. Gangsters e prostitutas da Albânia entram facilmente na Itália para circular livremente por toda a Europa”, mapeia o pesquisador Albino Ruiz Lazo, do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, em trabalho intitulado *O Mundo é amplo e alheio: dos Andes a São Paulo*. Disponível em <<http://www.braudel.org.br/paper28.htm>> Acesso em: 25 set.2005.

¹⁰ “Causa comum das formas contemporâneas da desestabilização global é a crise da terceira revolução industrial: cada vez menos pessoas podem ser integradas na valorização do capital, cada vez mais infra-estruturas necessárias para a reprodução estão paralisadas e economias nacionais inteiras entram em colapso”. KURZ, Robert. Conferência Barbáries, Migrações e Guerras de Ordenamento Mundial. In: Seminário *Travessias: Migrações na Desordem Global*. Porto Alegre: Fórum Social Mundial,. 23 jan. 2005 Disponível em <<http://www.migracoes.com.br/eventos.html>> Acesso em 25 set.2005.

apenas têm parcialmente, as pessoas que se encontram fora de seus países de origem sem a devida documentação¹¹.

De qualquer forma, a estimativa do número de trabalhadores migrantes e de suas famílias, há doze anos, já era sintomática. Somente da América Latina, somava entre sete e doze milhões de pessoas. A Europa, recordista, registrava entre vinte e seis e trinta milhões de migrantes, seguida pela América do Norte, massivamente representada pelos Estados Unidos, com cerca de dezesseis a dezoito milhões de migrantes¹².

Destes dados, nota-se haver relação direta entre a circulação de riquezas – progresso econômico – e circulação de pessoas em diversos pólos do planeta, que, por sua conjuntura político-econômica favorável, tornam-se bolsões de atração da esperança de melhores dias para os trabalhadores oriundos das economias marginais.

Analizando estes dados e as tendências recentes, a OIT estima que o número total de trabalhadores migrantes e dos membros de suas famílias ascenda atualmente para cerca de 180 milhões de pessoas.¹³

Independentemente da abrangência destas projeções, ainda com base nos dados da OIT, deve-se frisar que as cifras da migração internacional se duplicaram entre 1975 e 2000, passando de 75 a 150 milhões de pessoas que viviam longe de suas origens (incluindo os migrantes laborais, seus dependentes, refugiados e imigrantes permanentes).

O condicionamento dos orçamentos públicos aos pagamentos das dívidas internas e externas, frutos da política voraz do Fundo Monetário Internacional, impôs

¹¹ “La falta de medidas cuantitativas sobre las migraciones internacionales es cada vez más un obstáculo para un debate inteligente sobre esta cuestión y, por consiguiente, para la formulación de políticas adecuadas sobre migraciones. Esta base de datos trata de resolver este problema al ofrecer algunas estadísticas básicas sobre las poblaciones residentes y los flujos de migrantes económicamente activos en los Estados miembros de la OIT”. OIT. Disponível em: <<http://www.oit.org/public/spanish/protection/migrant/ilmdb/statmain.htm>>. Acesso em: 22 set. 2005.

¹² Organização Internacional do Trabalho (OIT). *Trabalhadores Migrantes*. Genebra, 1999, Informe III. Citada por TARAN&GERONIMI.. *Globalización y migraciones laborales: Importância de la protección*. OIT, 2003. Disponível em: <www.december18.net/e-paper66ILO.pdf> Acesso em: 25 set. 2005.

¹³ Já a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Organização das Nações Unidas (ONU) estimam que o total de população que reside temporal ou permanentemente fora de seus países de origem chegue à margem de 180 milhões de pessoas.

reduções nos gastos e subsídios dos Estados. Estas reformas internas significaram também importantes reduções no emprego público, que incluía tanto profissionais qualificados como não-qualificados. E, como era de se esperar, a geração de empregos pelo setor privado em muitos países onde se aplicaram estes programas não foi contrapeso suficiente à proporção do desemprego provocado pela redução do aparato estatal.

A soma deste fator a outros provoca a redução ou desaparecimento das possibilidades de obtenção de emprego e estabilidade econômica nos países chamados de origem, o que é combustível propulsor das pressões migratórias¹⁴.

A demanda de obra migrante, conforme o exposto, não tende a parar de crescer. As tendências demográficas e o envelhecimento da força de trabalho em muitos países industrializados indicam que a imigração constitui importante opção para incrementar a relação entre a população ativa e a população em envelhecimento, considerando assim mesmo que a força de trabalho de maiores faixas etárias tende a ser pouco inovadora, menos flexível e menos adaptável às mudanças tecnológicas. Alguns governos começaram a considerar uma opção de política a “migração de reposição”.¹⁵

As pequenas e médias empresas e os setores econômicos que fazem um uso intensivo de mão-de-obra não tendem a expandir sua abrangência de mercado ao estrangeiro. Assim, a resposta destes setores repousa na redução de seus processos manufatureiros, a desregulação e a flexibilização do emprego, com crescente ênfase em medidas de redução de custos e subcontratação. Estas medidas ampliaram o número de postos de trabalho na base da escala ocupacional. As necessidades de emprego são satisfeitas em escassa ou nenhuma medida, por trabalhadores nativos, ainda os desempregados, devido aos baixos salários, às condições perigosas e ao baixo *status*

¹⁴ TARAN & GERONIMI. *Globalización y migraciones laborales: Importância de la protección*. OIT, 2003. Disponível em: <www.december18.net/e-paper66ILO.pdf> Acesso em: 25 set. 2005.

¹⁵ Divisão de População das Nações Unidas: *Migrações de reposição - Uma solução ante a diminuição e envelhecimento das populações?* Nova York, 2000. Citada por TARAN & GERONIMI. *Globalización y migraciones laborales: Importância de la protección*. OIT, 2003. Disponível em: <www.december18.net/e-paper66ILO.pdf> Acesso em: 25 set. 2005.

social destes postos ou setores, assim como pelas alternativas que alguns países oferecem aos desempregados de dispor da assistência social e do seguro-desemprego.¹⁶

Taran & Geronimi observam que:

a demanda resultante de trabalhadores migrantes lhe outorga uma significativa intensidade aos fluxos de mão-de-obra e facilita a incorporação dos migrantes clandestinos ao mercado de trabalho. Mesmo havendo em determinado país taxa de desemprego relativamente alta, os trabalhadores estrangeiros – incluídos os ilegais – encontram postos de trabalho com facilidade. Por exemplo, um trabalhador migrante clandestino boliviano encontrará um emprego, em média, cerca de duas semanas depois de sua chegada no Brasil. Da mesma forma, é raro que na Europa ou nos Estados Unidos, tradicionais pólos receptores, os migrantes ilegais se encontrem desempregados.¹⁷

Concluem que, geralmente, a mão-de-obra migrante está sujeita a postos indignos de serviço: sujos, perigosos, difíceis, que os nativos rejeitam.

De outro lado, pode-se sopesar que os migrantes têm uma inserção competitiva apenas nos setores marginais da força de trabalho dos nativos, em setores específicos e em zonas menos desenvolvidas destes países.

Os países industrializados e também países em desenvolvimento, como o próprio Brasil, são pólos de atração para os trabalhadores migrantes. Não raro, trata-se de pessoas relativamente instruídas, educadas e, pode-se dizer, cultas, que acabam por se dispor a aceitar postos de trabalho que, sem dúvida, rechaçaram em seus países de origem, o que constitui um processo de perda de recursos humanos. Não obstante, seu interesse se explica pelas diferenças salariais entre os países de origem e de destino, em especial quando existem condições de pobreza no país de origem.¹⁸

Isto se comprova pelo fato de que, nas últimas décadas, países tradicionalmente receptores de migrantes adotaram políticas restritivas de imigração, com exceção ao

¹⁶ TARAN & GERONIMI. *Globalización y migraciones laborales: Importância de la protección*. OIT, 2003. Disponível em: <www.december18.net/e-paper66ILO.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p 4.

¹⁷ “A colônia boliviana no Brasil é uma das maiores do mundo, e foi inchada ainda mais pela crise da Argentina, que induziu bolivianos de lá a virem para cá. A maioria, mais de 90%, trabalha em pequenas confecções de propriedade de coreanos, brasileiros e de outros bolivianos. São jornadas de até 18 horas diárias, em que os imigrantes recebem 30 centavos por peça costurada. Pagando uma ninharia pelo aluguel de cubículos em cortiços, ou mesmo dormindo no fundo das confecções, eles conseguem ao cabo de um ou dois anos juntar cerca de mil dólares, voltando para a Bolívia com uma pequena fortuna nas mãos”. LEITE, Rodrigo. *Bolivianos declaram guerra contra a cónsul*. UOL Notícias, 11.02.2004

¹⁸ TARAN & GERONIMI. *Globalización y migraciones laborales: Importância de la protección*. OIT, 2003. Disponível em: <www.december18.net/e-paper66ILO.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p 5.

aumento das possibilidades de captação de especialistas altamente qualificados em setores de serviços em expansão, o que resultou no incremento da migração de mão-de-obra qualificada. Com efeito, a séria escassez de mão-de-obra em setores como a tecnologia da informação e da comunicação motivou vários países a lançar estratégias de recrutamento de migrantes altamente qualificados.

Em razão disto, resulta que países em desenvolvimento perdem entre dez e trinta por cento de sua mão-de-obra qualificada no processo de “evasão de cérebros”, o que tem efeitos claramente negativos na produtividade e crescimento econômicos. Entretanto, existem efeitos colaterais positivos, tais como o aumento de renda produzido pelas remessas dos trabalhadores, pela aquisição de novas qualificações pelos migrantes que retornam para suas origens e pelos “intercâmbios de cérebros” entre países, o que aumenta as possibilidades de transferência de conhecimentos e tecnologia¹⁹.

Diante desta realidade, observa-se que a globalização parece acentuar o número de empregos precários e que os trabalhadores locais rejeitam ocupar, e a demanda de mão-de-obra estrangeira passa a ser parte de uma tendência em longo prazo, como a informalização dos empregos não-qualificados e mal-remunerados, ainda preferindo aos migrantes irregulares, dispostos a trabalhar por salários inferiores, por curtos períodos nos picos de produção, ou para desempenhar trabalhos em condições insalubres ou perigosas.

A inserção dos migrantes irregulares nos postos de trabalho menos qualificados é correlata a uma “necessidade estrutural das sociedades desenvolvidas”, na qual os

¹⁹ “Como se não bastasse a alta do dólar e a crônica falta de verbas, que prejudicam o desenvolvimento científico e tecnológico a curto prazo, o Brasil enfrenta outro problema: a fuga de cérebros.(...) Pesquisa divulgada nesta semana, realizada pelo médico Reinaldo Guimarães, do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mostra que, entre 1993 e 1999, 966 cientistas foram trabalhar no exterior, 60% dos quais nos Estados Unidos ou no Canadá. (...) Essa transferência causou um prejuízo de US\$ 100 milhões ao Brasil. (...) Segundo o pesquisador da Uerj, a perda de pesquisador pode, em parte, estar sendo amenizada pelo “aumento exponencial das possibilidades de comunicação de pessoas em todo o planeta”. “As redes virtuais que estimulam o contato entre os cientistas migrados e os seus compatriotas que ficaram em seu país de origem têm se multiplicado com resultados promissores”, diz. “O migrado deixa a posição de ‘perdido’ para a de ‘potencialmente útil’.” *Estudo mostra fuga de cérebros do país*. O Estado de São Paulo. 31 out. 2002.

empregadores demandam, para os postos de trabalho menos qualificados, trabalhadores que não os pressionem sobre a estrutura salarial.²⁰

Fato é, também, que, de outro lado, os imigrantes não ponderam a relação entre o salário que percebem e prestígio social que está vinculado à ocupação a que se submetem – pelo menos ao início da migração, e mediante sua contratação se evitam os inconvenientes econômicos que poderiam provocar os nativos, que se mobilizariam na exigência de aumentos salariais.

TARAN & GERONIMI denunciam que:

A possibilidade de exportação de mão-de-obra migrante a converte em um instrumento atrativo para alguns empregadores para manter a competitividade, às expensas e a despeito da proteção imposta pelas normas internacionais do trabalho para garantir um trabalho decente. Os imigrantes não-autorizados ao ingresso ou ao emprego se encontram à margem de toda proteção quanto à seguridade e à saúde no lugar de trabalho, ou sequer ao salário mínimo. Geralmente são empregados em setores nos quais estas normas não se respeitam ou não se fazem respeitar.²¹

E a tarefa de sindicalizar os migrantes para poder defender seus próprios interesses e direitos se mostra dificilmente cumprida²². Inclusive, em alguns casos a legislação nacional considera ilegal a sindicalização para quem carece de permissão de trabalho, sem contar os efeitos do temor que os migrantes têm da deportação²³.

2.3 DESREGULAÇÃO: OMISSÃO CONSENTE DOS ESTADOS RECEPTORES ACERCA DA CONDIÇÃO DOS IMIGRANTES IRREGULARES

²⁰ TARAN & GERONIMI. *Globalización y migraciones laborales: Importancia de la protección*. OIT, 2003. Disponível em: <www.december18.net/e-paper66ILO.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p 5.

²¹ TARAN & GERONIMI. *Globalización y migraciones laborales: Importancia de la protección*. OIT, 2003. Disponível em: <www.december18.net/e-paper66ILO.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p 6

²² “O seminário teve a participação também de Mônica Santana, imigrante nos Estados Unidos, discorreu a respeito da exploração do migrante e as dificuldades do indocumentado (...). Mônica descreveu a superexploração do imigrante, que tem jornada diária de 12 horas, e semanal de seis a sete dias e recebe meio salário mínimo. Enquanto as regras de trabalho naquele país estabelecem jornada de 40 horas, e as excedentes são trabalho extra, o migrante tem dificultada sua participação a qualquer tipo de organização e sindicalização, o que o torna refém desse mercado de trabalho. Outra denúncia apresentada por Mônica, na descrição da exploração do trabalhador migrante, é a falta de assistência médica gratuita, que está condicionada à sindicalização, a falta de segurança e as condições insalubres a que o trabalhador é exposto”. *Seminário denuncia exploração de migrantes e propõe a busca de uma nova teoria para a emancipação dos trabalhadores, matéria publicada no jornal gaúcho*. Zero Hora. 27 jan. 2005.

²³ TARAN & GERONIMI. *Globalización y migraciones laborales: Importancia de la protección*. OIT, 2003.p 6.

TARAN & GERONIMI aclaram, também, a prática dos Estados receptores de tolerar a presença dos trabalhadores migrantes em situação irregular para atender às necessidades de mão-de-obra de certos segmentos do mercado de trabalho. Esta postura acaba conformando uma perversa política de emprego de fato²⁴. Nela, parte da força de trabalho passa a ser uma variável que pode ser diminuída ou ainda suprimida em períodos de estagnação econômica, mediante o exercício do direito potestativo dos Estados de expulsar os estrangeiros irregulares de seus territórios.

Com efeito, da mesma maneira que a política de migrações pode se utilizar para satisfazer as necessidades do mercado de trabalho de mão-de-obra estrangeira, a deportação e a expulsão podem ser utilizadas para regular e forçar o retorno aos países de origem dessa mão-de-obra temporária.

Isto acaba caracterizando que, na prática, afaga-se e se combate a imigração concomitantemente.

A distância existente entre as declarações políticas e sua colocação em prática reflete uma importante contradição na política contemporânea de alguns Estados. Apesar de sua retórica política acerca da migração irregular, muitos governos a toleram, como já exposto acima.

Os efeitos são que, de uma parte, existe uma oferta contínua de mão-de-obra barata e, de outra, os imigrantes em situação irregular não podem se organizar no estabelecimento de trabalho para defender condições mínimas de trabalho decente, e se encontram estigmatizados e afastados de quem poderia lhes prestar ajuda.

Alguns sindicatos e os próprios trabalhadores não registrados também parecem haver tomado conta dos efeitos desta política, porém os empregadores utilizam a prerrogativa de alertá-los do rigor da fiscalização das autoridades da “imigração”.

A política econômica se encontra cada vez mais desregulada e integrada, tanto regional quanto globalmente. As políticas migratórias não têm sido liberalizadas nem

²⁴ TARAN & GERONIMI. *Globalización y migraciones laborales: Importância de la protección*. OIT, 2003. Disponível em: <www.december18.net/e-paper66ILO.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p 6

têm interrompido o fluxo entre a contínua demanda de mão-de-obra barata e a respectiva crescente oferta, por parte de outros países.

Assim, a pressão migratória dos migrantes não qualificados até as regiões mais desenvolvidas se canaliza através de meios clandestinos devido à inexistência, em muitos países, de categorias migratórias que prevejam sua admissão e, portanto, uma vez que se encontram no território do país receptor estes trabalhadores acabam confinados em empregos do setor não estruturado, no trabalho negro ou em condições de exploração²⁵.

Por fim, admite-se que a polêmica da mão-de-obra imigrante teria menores razões para existir se as pessoas que buscam trabalho para subsistência tivessem uma maior liberdade de movimento geográfico e de acesso ao emprego digno, com liberdades efetivas de circulação e associação sindical.

2.4 DISCRIMINAÇÃO E XENOFOBIA

Na atualidade, quase todos os Estados são países de origem, trânsito e/ou de destino de migrantes. Virtualmente, todo país se tornou ou está se tornando multicultural, apresentando diversidade étnica, racial, religiosa e mesmo lingüística.

De modo concomitante, praticamente todos os países experimentam cada vez mais manifestações de hostilidade e de violência contra os estrangeiros, quer se trate de migrantes e refugiados, ou até mesmo de estudantes, turistas ou oficiais²⁶. Na África,

²⁵ “Así pues, la presión migratoria de los migrantes no calificados hacia las regiones más desarrolladas se canaliza a través de medios clandestinos debido a la inexistencia en muchos países de categorías migratorias que prevean su admisión y, por tanto, una vez que se encuentran en el territorio del país receptor estos trabajadores restan confinados en empleos del sector no estructurado, en el trabajo en negro o bajo condiciones de explotación”. ABELLA, M.I., *Mondialisation, marchés du travail et mobilité*. In: *Migrations et avenir*. CIEMI, Paris, Vol nº 14, nº 79, janeiro-fevereiro de 2002, citado por TARAN & GERONIMI. *Globalización y migraciones laborales: Importancia de la protección*. OIT, 2003. Disponível em: <www.december18.net/e-paper66ILO.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p 8.

²⁶ “Como sinal desses tempos, o próprio Ministro das Relações Exteriores do Brasil, há algum tempo, foi submetido a situação de constrangimento nos EUA, ao ser compelido por autoridades de fronteiras daquele país a retirar seus sapatos para verificar se continham explosivos. Se uma alta autoridade, representando o país, foi submetida a este tipo de tratamento, imagine-se o que ocorre com um cidadão comum. Estas situações de violação de direitos humanos de brasileiros, porém, não são exclusividade de nenhuma nação ou cultura específica, valendo dizer que, em todas as localidades onde haja comunidade de brasileiros, os problemas são basicamente os mesmos. Da mesma forma, é notória, nos países de acolhimento, a situação de crescente desemprego, depauperamento social e xenofobia” Guilherme Schelb, Procurador da República. *A defesa dos direitos humanos de brasileiros no exterior*. Disponível em: <http://www.migracoes.com.br/eventos.html> Acesso em: 25 set. 2005.

Ásia, América Latina e no Oriente Médio, a discriminação e os abusos vão à direção de pessoas provenientes de países vizinhos, com características raciais, étnicas, culturais ou históricas compartilhadas.

Tanto é que o racismo implica, via de regra, uma distinção baseada em uma diferença nas características físicas, seja a cor da pele, o tipo de cabelo ou as características faciais.

A xenofobia descreve atitudes, preconceitos e comportamentos de rejeição, exclusão ou geralmente de degradação às pessoas²⁷, baseadas na perspectiva de que são intrusos ou estrangeiros à identidade da comunidade, sociedade ou nação²⁸.

Consciente da gravidade da discriminação no trabalho, em 1991 a OIT lançou um projeto sobre “Luta contra a discriminação dos trabalhadores migrantes e as minorias étnicas no mundo do trabalho”, que documenta níveis de discriminação e identifica soluções em um certo número de países na Europa e na América do Norte.

Os estudos sobre a Bélgica, Alemanha, os Países Baixos e Espanha demonstraram que as taxas de discriminação no acesso ao emprego eram da monta que aos migrantes as propostas eram rejeitadas ou não eram consideradas, e o eram aos nacionais com idênticas qualificações. Idênticas conclusões se obtiveram nos estudos realizados no Canadá, Reino Unido e nos Estados Unidos, entre outros países.

De outro lado, a discriminação fora do mundo do trabalho afeta e invariavelmente impede o acesso ao emprego com condições de trabalho decentes ou quiçá minimamente dignas. Uma discriminação sistemática pode se manifestar pelo

²⁷ “Este fenômeno, infelizmente, está se fazendo acompanhar de um enorme volume de ocorrências de violações de direitos humanos. São crescentes os casos de máfias de agenciamento de mão-de-obra e de prostituição, tráfico de crianças, discriminação racial e por nacionalidade, excessos na atuação das polícias de fronteira, trabalho escravo, entre outros casos de flagrante desrespeito à dignidade humana de brasileiros”. Guilherme Schelb, Procurador da República. *A defesa dos direitos humanos de brasileiros no exterior*. Disponível em: <<http://www.migracoes.com.br/eventos.html>> Acesso em: 25 set. 2005.

²⁸ “(...) ser imigrante, forasteiro, andarilho, estranho, estrangeiro, é um convite à discriminação. Segregados espacial e socialmente, explorados em seu trabalho, desrespeitados em seus direitos e tratados com desprezo e mesmo violência, os migrantes parecem desmentir, com tais situações, a idéia de que seriam mesmo importantes e necessários. Aparentemente, representariam apenas excedentes inassimiláveis num mercado de trabalho saturado, sobras de uma população excessiva para as necessidades da atualidade, restos de sistemas sociais arcaicos e fadados a desaparecer”. PÓVOA NETO, Helion, Professor do Depto de Geografia da UERJ, coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios – RJ. *Seminário Discriminação e Violência: Fórum Social Mundial de Porto Alegre*, 23 jan. 2005.

acesso diferenciado à moradia – explicitado pelo assentamento das minorias em guetos ou subúrbios distantes; pela prestação de uma educação inferior, devido a escolas com poucos recursos financeiros e humanos nas vizinhanças com maioria de estrangeiros; pelos serviços de saúde inferiores; pela falta de transporte público entre as zonas de residência e as zonas de emprego. Estas formas de discriminação têm importantes repercussões no acesso ao emprego, e a segregação racial em certas zonas pode contribuir para uma forma de discriminação estrutural que perpetua a exclusão e as desvantagens dos grupos étnicos minoritários.

Quanto à incidência da raça, etnia e nacionalidade, as percepções populares em um considerável número de países associam identidade racial e étnica como as que diferem do “normal local” e pressupõem uma condição de estrangeirismo. Em vários países europeus e também nos Estados Unidos, as pessoas que não são de raça branca são percebidas como estrangeiras.

É necessário, também lembrar a correlação entre migração e delinquência. Se for imputada à migração uma incidência no aumento dos delitos, assim como se forem consideradas as violações aos controles migratórios na mesma categoria de delitos que o tráfico de armas ou de entorpecentes. Note-se que também se utiliza a terminologia qualificando os migrantes estrangeiros como ilegais.

Ainda assim, perdura a imputação à imigração da existência da xenofobia e do racismo, ou mais especificamente, a migração ilegal. De acordo com esta lógica portadora de irrefutável medida de demagogia, as reais vítimas vêm a ser consideradas como causa do problema, e com base nisso se propõe resolvê-lo eliminando ou detendo estas causas. Silogismo falacioso.

Este tipo de medidas, assim como a violência contra os estrangeiros, somente tende a ser agravada com a associação inconsciente entre migração irregular com marginalidade, inferioridade, delinquência, tráfico de armas e entorpecentes e, sobremaneira, terrorismo.

3 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E NORMAS INTERNACIONAIS SOBRE TRABALHADORES MIGRANTES

As políticas e a prática das migrações são viáveis e eficazes se baseadas em normas e corroboradas pelo crivo do direito.

Entretanto, mais do que desenhar pilares jurídicos, torna-se também necessário alcançar o seio da sociedade, para que efetivamente se reconstrua a realidade com novo eixo epistemológico, um novo paradigma de relação entre o Estado e o trabalhador estrangeiro migrante²⁹.

Deixar de aplicar as normas fundamentais do trabalho, que incluem condições mínimas para o labor, nos países de destino e de origem, constitui um importante incentivo para a exploração dos trabalhadores migrantes, e ainda do trabalho escravo.

Isto é um grave obstáculo à realização plena dessas garantias, conforme expõe Maria-Luz Vega-Ruiz:

La insuficiente aplicación de los principios, es por ejemplo evidente, si se observa en el número elevado de observaciones y solicitudes directas emitidas cada año por la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones en relación con los Convenios ratificados, así como en el número de quejas (específicamente con relación a los temas de libertad sindical y negociación colectiva), que en virtud de los artículos 24 y 26 de la Constitución de la OIT se presentan ante los órganos de control (...)³⁰

A tolerância a situações de restrição à liberdade de locomoção; extensas jornadas de trabalho; seguridade e saúde inexistentes ou deficientes; e o não-pagamento de salários ou o alojamento em condições inadequadas contribuem para

²⁹ “De hecho, los compromisos internacionales asumidos por los países, si bien a veces difíciles, no son una utopía y en algunas situaciones las observaciones, recomendaciones y solicitudes directas realizadas por los órganos de control de la OIT, son (y así ha acontecido en la práctica) de fácil solución con una voluntad activa del gobierno”. VEGA-RUIZ, Maria-Luz. *Libertad de asociación, libertad sindical y el reconocimiento efectivo del derecho de negociación colectiva en América Latina*. Ginebra: OIT, 2004. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/worker/doc/cint/lib_as.htm> Acesso em: 25 set. 2005. p. 8

³⁰ VEGA-RUIZ, Maria-Luz. *Libertad de asociación, libertad sindical y el reconocimiento efectivo del derecho de negociación colectiva en América Latina*. Ginebra: OIT, 2004. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/worker/doc/cint/lib_as.htm> Acesso em: 25 set. 2005. p. 5

ampliar um mercado para vítimas que não têm outra opção além de trabalhar em condições que seriam intoleráveis e inaceitáveis para um emprego legal, registrado.

O interesse de determinados empregadores pelos benefícios mais importantes produzidos pela economia informal – não sujeita às normas do trabalho – é a raiz que alimenta a tendência à geração de emprego na economia informal que, por si, tem natureza irregular, e se situa fora do alcance das inspeções de trabalho. Esses empregadores preferem migrantes irregulares, que não efetuarão denúncias às autoridades públicas devido à sua vulnerabilidade e seus impedimentos para exercer seus direitos, a nativos mobilizados.

Por isso, as instituições internacionais competentes construíram, e visam a efetivar, ainda que lentamente, uma estrutura jurídica de princípios fundamentais, que consolide direitos e garantias a todos os trabalhadores, neles incluídos os migrantes, destinatários deste trabalho.

3.1 PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO

Na operação lógica inversa do postulado kelseniano de que sistema é um conjunto de elementos que giram em torno de uma idéia, tem-se que princípio, no direito, é esta idéia, o eixo, o motivo conceitual em torno do qual orbita o sistema jurídico.

A doutrina corrobora este entendimento, admitindo que os princípios devem ser o ponto de partida, o prisma hermenêutico, para a elaboração e aplicação de uma determinada estrutura normativa.

De Plácido e Silva esboça conceito para o vocábulo:

Princípio. É, amplamente, indicativo do começo ou da origem de qualquer coisa. Princípios. No sentido jurídico, notadamente no plural, quer significar as normas elementares ou os requisitos primordiais instituídos como base, como alicerce de alguma coisa.

(...) Princípios jurídicos, sem dúvida, significam os pontos básicos, que servem de ponto de partida ou de elementos vitais do próprio Direito. Indicam o alicerce do Direito.³¹

Sob a ótica constitucionalista, José Joaquim Gomes Canotilho afirma que:

Consideram-se princípios jurídicos fundamentais os princípios historicamente objectivados e progressivamente introduzidos na consciência jurídica e que encontram uma recepção expressa ou implícita no texto constitucional.³²

Coqueijo Costa assevera que:

Princípio fundamental é algo que devemos admitir como pressuposto de todo ordenamento jurídico e aflora de modo expresso em múltiplas e diferentes normas, nas quais o legislador muitas vezes necessita mencioná-los. São linhas diretrizes que informam algumas normas e inspiram direta ou indiretamente uma série de soluções, promovem e embasam a aprovação de normas, orientam a interpretação das existentes e resolvem os casos não previstos.³³

Antes de ingressar na enumeração dos princípios internacionais fundamentais do trabalho, convém tecer breves comentários acerca do mito da proteção, que envolve o direito do trabalho, ao lado dos mitos da concessão-doação e da origem³⁴, com fulcro nas anotações do Curso de Direito do Trabalho ministrado nesta Casa pela Professora Aldacy Rachid Coutinho.

Este, apesar de ser norte hermenêutico de ideologia a ser subscrita, não é *princípio* da ordem normativa trabalhista, mas *mito*, pelo que segue. Isso se justifica pelo fato de que o pensamento do direito como sistema autopoietico é, de acordo com Jacinto Nelson de Miranda Coutinho³⁵, uma fraude conceitual:

A par de se poder pensar em *princípio* (do latim, *principium*) como sendo início, origem, causa, gênese, aqui é conveniente pensá-lo(s) como *motivo conceitual sobre o(s) qual(ais) funda-se a teoria geral do processo penal*, podendo estar positivado (na lei) ou não.

³¹ DE PLÁCIDO E SILVA. *Vocabulário Jurídico*, Vol. III e IV, p. 447, 1.ª ed., 1.ª tiragem, :Forense, 1989.

³² CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. Coimbra: Livraria Almedina, 1.ª ed., 1997. p. I.038.

³³ COQUEIJO COSTA. *Processo do Trabalho: Princípios e peculiaridades*. Curso de Direito do Trabalho em Homenagem a Mozart Victor Russomano. Ed. Saraiva, 1985. p. 686.

³⁴ Estes últimos, apesar de permeados pelo mesmo influxo e tomados em conta na racionalidade desta pesquisa, em prol da concisão, apesar dos não menos saborosos aportes teóricos.

³⁵ COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *Introdução aos princípios gerais do processo penal brasileiro*. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, nº 30. p.1-2.

Por evidente, falar de *motivo conceitual*, na aparência, é não dizer nada, dada a ausência de um referencial semântico perceptível aos sentidos. Mas quem disse que se necessita, sempre, pelos significantes, dar conta dos significados? Ora, nessa impossibilidade é que se aninha a nossa humanidade, não raro despedaçada pela arrogância, sempre imaginária, de ser o homem o senhor absoluto do circundante; e sua razão o *summum* do seu ser. Ledo engano!; embora não seja, definitivamente, o caso de desistir-se de seguir lutando para tentar dar conta, o que, se não servisse para nada, serviria para justificar o motivo de seguir vivendo, o que não é pouco, diga-se *en passant*.

De qualquer sorte, não se deve desconhecer que dizer *motivo conceitual*, aqui, é dizer *mito*³⁶, ou seja, no mínimo abrir um campo de discussão que não pode ser olvidado mas que, agora, não há como desvendar, na estreiteza desta singela investigação. Não obstante, sempre se teve presente que há algo que as palavras não expressam; não conseguem dizer, isto é, há sempre um *antes do primeiro momento*; um lugar que é, mas do qual nada se sabe, a não ser depois, quando a linguagem começa a fazer sentido. Nesta parca dimensão, o *mito* pode ser tomado como a palavra que é dita, para dar sentido, no lugar daquilo que, em sendo, não pode ser dito. Daí o *big-bang*³⁷ à física moderna; Deus à teologia; o *pai primevo* a Freud e à psicanálise; a *Grundnorm* a Kelsen e um mundo de juristas, só para ter-se alguns exemplos. (grifos do autor)

Teoricamente há uma estrutura orgânica, mas sempre há algo que escapa, sem resposta. O conceito racional-normativista kelseniano, das relações jurídicas e sociais, ao formular a Teoria Pura do Direito é sedutor, pois diz ter respostas que não temos. Porém tem credibilidade e aceitação por pensarmos que temos – ou que devemos ter – resposta para tudo.

Apesar de fascinar com uma lógica concatenada e convincente, parte de uma premissa falsa, que chega a resultados errados. A premissa falaciosa é justamente o mito, que se expõe adiante.

3.1.1 O mito da proteção no direito do trabalho

³⁶ “Não se desconhece a importância fundamental, quanto à noção de mito, de Claude Lévi-Strauss, mormente à Antropologia; de Carlo Ginzburg, mormente à História; de Sigmund Freud e Jacques Lacan, mormente à psicanálise, assim como tantos outros nomes vitais ao conhecimento humano. Sem embargo, para o Direito, quicá o nome imprescindível, nesta matéria, seja o de Pierre Legendre, principalmente nas Lecciones IV : el inestimable objeto de la transmisión - estudio sobre el principio genealógico en Occidente. Trad. de Isabel Vericat Núñez, México : Siglo Veintiuno, 1996, em especial p. 100 e ss”. Citação de COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *Introdução aos princípios gerais do processo penal brasileiro*. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, nº 30. p.1-2.

³⁷ “Delineado magistralmente por Agostinho Ramalho Marques Neto no Curso de Extensão Universitária realizado na Faculdade de Direito da UFPR, em Curitiba, entre 21 e 25 de setembro de 1998, sob o título “Ética e lei: uma leitura da Antígona de Sófocles”. Citado por COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *Introdução aos princípios gerais do processo penal brasileiro*. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, nº 30. p.1-2.

Lapida-se a idéia de que o Direito do Trabalho é um catálogo de direitos que visa à proteção dos trabalhadores. Cediço que ele, quando regula a entrega da força de trabalho, o faz com base na relação capital x trabalho. Porém esta idéia não deve omitir o fato de que é um direito *capitalista* do trabalho. Há nele não apenas normas que visam à proteção do trabalhador, mas inúmeras que visam à proteção do empregador³⁸. Neste pólo dessa relação há o capital, que exerce poder (poder diretivo, que comanda, fiscaliza e pune aquele que se verificou desidioso). A relação punitiva não está em nenhum lugar na legislação. Nada protege o trabalhador do poder de punição que o empregador tem na CLT (e nem se garante este poder punitivo ao empregador ou se tipifica os tipos de punições). Não se assegura o direito de defesa, etc. Esta estrutura se mantém para perpetuar esta prerrogativa do empregador.

Nem sempre o que está no Direito do Trabalho visa proteger o trabalhador. Do mesmo modo, nem sempre a aplicação pelos Tribunais se dá neste sentido de proteção. Não há somente regras de proteção do trabalhador, nem decisões apenas neste sentido. Visa também muitas vezes a proteção do empregador e do capital.

Porém a proteção ao trabalhador precisa ser mantida, defendida e tida na doutrina e na hermenêutica como princípio fundante, por conta de a relação de trabalho ser uma relação de poder: de fato, a proteção é mito³⁹, porém deve-se tê-la como princípio, com base no qual se reformule o Direito do Trabalho, para se colocarem em pé de igualdade trabalhador e contratante.

O próprio intuito de internacionalização do Direito do Trabalho teve como barreira a concorrência entre as empresas no âmbito internacional. Diante dela, percebeu-se que, dependendo do país – e de sua estrutura normativa, o custo do trabalhador era mais ou menos elevado.

³⁸ A quebra do contrato de trabalho pode ser feita discricionariamente pelo empregador, sem necessidade de fundamentação. Nesta perspectiva, todos os demais direitos ficam suspensos. O empregado acaba aceitando todas as determinações do empregador por medo de rompimento do vínculo. Na perspectiva do migrante a vulnerabilidade se acentua, tendo em vista a total desregulação.

³⁹ A proteção do trabalhador é uma perspectiva, mas não significa que apenas ela esteja na CLT. Art. 444; art. 8º CLT: “*mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público*” – revela não só uma relação de proteção dos trabalhadores, mas uma prevalência do interesse público.

Então, estabeleceram-se regras *mínimas* para os trabalhadores em âmbito internacional, de modo que as empresas concorressem de forma idêntica. A integração regional, com exemplo na experiência européia, conforme veremos no próximo capítulo, é mola propulsora desta iniciativa.

Então, a regulamentação visa a limitar o poder que o capital exerce sobre os trabalhadores, mas também proteger os interesses do próprio capital. O ordenamento jurídico atende aos interesses do capital e também assegura condições mínimas de trabalho.

A proteção do trabalhador se institui como uma necessidade em função da relação de poder (e não porque o trabalhador é incapaz de pleitear por aquilo que necessita). O direito do trabalho se diz protecionista (mas nem sempre protege), e deve manter esta perspectiva. Acena, então, esta regulamentação internacional mínima, condizente com os direitos fundamentais do ser humano, fundada em princípios que visam à garantia das mínimas condições existenciais do trabalhador, diante da opressão do capital.

3.1.2 Princípios encartados nas Declarações Humanistas

3.1.2.1 Igualdade de direitos

O princípio adquire sua máxima expressão na Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU, em 1948, ao estabelecer que “todos são iguais perante a lei e têm, sem distinção, direitos à igual proteção da lei”.

Cabe assinalar que a Declaração sobre o Progresso e Desenvolvimento Social, também da ONU, de 1969, particulariza o princípio diante da especificidade da sua temática, afirmando que:

Todos os povos e todos os seres humanos, sem distinção alguma, por motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião, nacionalidade, origem étnica, situação familiar ou social ou convicções políticas ou de outra índole, têm direito a viver com dignidade e gozar livremente dos frutos do progresso social e, por sua parte, devem contribuir para ele.

Já a Carta Africana de Direitos Sociais, de 1981, estabelece também que todo indivíduo tem direito a gozar de direitos e liberdades sem distinção de nenhum tipo, como raça, grupo étnico, cor, sexo, linguagem, religião, nacionalidade, origem social, posição econômica, nascimento ou outra condição social.

No âmbito regional, o princípio se encontra consagrado na Declaração Sócio-laboral do Mercosul, que em seu artigo primeiro expressa de forma genérica que “todo trabalhador tem garantida a igualdade efetiva de direitos”.

No específico para migrantes, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes Fronteiriços assinala que:

Os Estados-Partes se comprometerão (...) a respeitar e assegurar a todos os trabalhadores migratórios e seus familiares (...) submetidos à sua jurisdição dos direitos previstos na presente Convenção, sem distinção alguma por motivos de raça, sexo, cor, idioma, religião ou convicção, opinião pública ou de outra índole, origem nacional, étnico ou social, nacionalidade, idade, situação econômica, patrimônio, estado civil, nascimento ou qualquer outra condição⁴⁰.

3.1.2.2 A não-discriminação

A formulação do princípio difere da anterior, que tem alcance mais genérico. Alguns pactos e declarações se referem a temas que têm alcance mais amplo, e alguns a temas que têm íntima relação especificamente com a situação do trabalhador migrante.

Assim, sobre motivo de raça, a Declaração sobre Raça e os Prejuízos Raciais, da Unesco, de 1978, rejeita toda teoria que invoque superioridade ou inferioridade intrínseca de grupos raciais ou étnicos, indicando que “carece de fundamento científico e é contrária aos princípios morais e éticos da humanidade”⁴¹; em sentido similar, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação

⁴⁰ Artigo Sétimo da referida Convenção.

⁴¹ Artigo Segundo.

Racial, da ONU, de 1969, proíbe a discriminação racial e garante o direito de toda pessoa à igualdade perante a lei, sem nenhuma distinção⁴².

Encontra-se também garantida a não-discriminação no gozo e exercício dos direitos econômicos, sociais e culturais⁴³.

No âmbito comunitário europeu, o princípio da não-discriminação está positivado nos artigos 13 do Tratado constitutivo da Comunidade Europeia 21 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

3.1.3 Princípios constantes da Declaração relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho da OIT de 1998.

A Organização Internacional do Trabalho percebeu a necessidade de mobilizar o conjunto de seus meios de ação normativa, de cooperação técnica e de investigação com o objetivo de prestar especial atenção aos problemas das pessoas com necessidades sociais especiais, entre outros, os trabalhadores migrantes.

De acordo com os princípios e direitos enunciados em sua Constituição e na Declaração da Filadélfia, a OIT tornou concreta a *Declaração relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho*, em 1998. Nesse instrumento, declarou-se que todos os Estados-Membros, ainda quando não tenham ratificado os convênios fundamentais da OIT, pela sua mera participação na Organização, têm o compromisso de respeitar, promover e efetivar os princípios e direitos fundamentais do trabalho, que são os seguintes:

- a) a liberdade de associação e a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva;
- b) a eliminação de todas as formas de trabalho escravo ou gratuito (forçoso ou obrigatório);
- c) a abolição efetiva do trabalho infantil; e

⁴² Artigos Primeiro e Quinto.

⁴³ Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, da OEA, de 1988.

d) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

Estes princípios estão permeados aos oito convênios fundamentais da OIT, que apesar de não tratarem especificamente dos trabalhadores migrantes, contêm disposições relativas ou pertinentes aos mesmos. Não obstante, estes convênios, assim como as recomendações que os acompanham, são de aplicação geral, diga-se, aplicam-se a todos os trabalhadores, sem distinção de nacionalidade, e em muitos casos, independentemente de sua situação migratória.

Exemplo disso é a decisão do Comitê de Liberdade Sindical da OIT na qual se observa que a Convenção nº 87 sobre liberdade sindical reconhece os direitos dos trabalhadores, sem nenhuma distinção e sem autorização prévia, a afiliar-se às organizações que repute convenientes e que, portanto, *todos* os trabalhadores estariam amparados por este instrumento.

A não observância destes princípios, entretanto, ainda é obstáculo à realização da dignidade dos trabalhadores. Há inclusive dados específicos da premente violação de cada um dos princípios elencados na Declaração da OIT, que ilustram os tópicos seguintes⁴⁴.

3.1.3.1 A liberdade de associação e a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva

Quanto à liberdade de associação e à liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva, sob perspectiva formal e hermenêutica, não haveria empecilho ao seu alcance por todo e qualquer trabalhador de acordo com a Constituição da OIT, esta própria Declaração, as Constituições Nacionais dos regimes democráticos e demais instrumentos internos ou internacionais, porém sua concretização esbarra quando vem à tona o seu exercício pelos trabalhadores

⁴⁴ VEGA-RUIZ, Maria-Luz. *Libertad de asociación, libertad sindical y el reconocimiento efectivo del derecho de negociación colectiva en América Latina*. Genebra: OIT, 2004. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/worker/doc/cint/lib_as.htm> Acesso em: 25 set. 2005. p. 5

migrantes, que se vêem inibidos a pleitear por melhores condições de trabalho, remuneração ou segurança, conforme todo o exposto anteriormente.

3.1.3.2 A eliminação de todas as formas de trabalho escravo ou gratuito (forçoso ou obrigatório)

Já em relação à eliminação de todas as formas de trabalho escravo ou gratuito, forçoso ou obrigatório, expõe que há trabalhadores em regime de escravidão e indígenas realizando trabalho obrigatório em minas artesanais de ouro no Peru. Mostra que o caso do Brasil é notável no resgate de trabalhadores rurais escravizados⁴⁵.

O princípio é auto-explicativo, historicamente construído, e deve ser interpretado com a maior abrangência possível, de forma a dirimir a exploração da mão-de-obra em condições adversas de trabalho forçoso ou obrigatório, escravo ou gratuito.

3.1.3.3 A abolição efetiva do trabalho infantil

Em relação à abolição efetiva do trabalho infantil, denota que a OIT estima que, no ano de 2002, 246 milhões de crianças entre 5 e 17 anos se encontravam envolvidas em atividades produtivas em todo o planeta⁴⁶.

Ora, lugar de criança é na escola. Se a mão-de-obra infantil fosse deliberadamente incorporada na estrutura produtiva, fatalmente em poucas gerações

⁴⁵ “Entre 1995 e 2000 se estiman em 1834 los trabajadores rescatados. Igualmente en el 2002, fueron rescatados 2.306 trabajadores y en el 2003, 4.852, todos ellos localizados principalmente en los estados de Pará, Mato Grosso e Maranhão. El valor total de las indenizaciones laborales recaudados por expedientes administrativos relativos a trabajo forzoso ascendió a 5,7 millones de reales en 2003” VEGA-RUIZ, Maria-Luz. *Libertad de asociación, libertad sindical y el reconocimiento efectivo del derecho de negociación colectiva en América Latina*. Ginebra: OIT, 2004. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/worker/doc/cint/lib_as.htm> Acesso em: 25 set. 2005. p. 5

⁴⁶ VEGA-RUIZ, Maria-Luz. *Libertad de asociación, libertad sindical y el reconocimiento efectivo del derecho de negociación colectiva en América Latina*. Ginebra: OIT, 2004. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/worker/doc/cint/lib_as.htm> Acesso em: 25 set. 2005. p. 6

haveria carência calamitosa de mão-de-obra especializada nas mais diversas áreas de atuação. Desta forma, deve-se garantir a proibição do trabalho infantil para que o crescimento, o desenvolvimento e o aprendizado saudáveis e otimizados dos infantes sejam ao nível mais satisfatório possível, de forma a muni-los de prerrogativa de escolha sobre seus próprios futuros.

3.1.3.4 A eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação

Finalmente, no que tange a eliminar a discriminação em matéria de emprego e ocupação, narra a comprovação das denúncias sobre descumprimento das normas internacionais, cujo objeto resume o trato discriminatório, seja de sexo, raça ou etnia, e segue o sentido e alcance do princípio da não-discriminação supra-analisado.

Embora positivado, este princípio é cotidianamente violado, e pode-se notar que a Declaração relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho da OIT toma-se, em interpretação literal, como princípio, não apenas a não discriminação em si, em sua estrutura ontológica, mas a *eliminação* da discriminação, com sentido verbo-dinâmico, positivo.

Tem-se, portanto, a eliminação como princípio, numa afirmação perene de reconhecimento das reiteradas práticas discriminatórias.

3.2 NORMAS INTERNACIONAIS SOBRE TRABALHADORES MIGRANTES

A OIT adotou normas internacionais do trabalho específicas para os trabalhadores migrantes, ciente da inegável importância de sua temática⁴⁷. A ONU e outros órgãos internacionais também promulgaram instrumentos de proteção do

⁴⁷ “La problemática de las migraciones constituye un tema tan complejo para su análisis como grave cuanto a la elementalidad de los derechos humanos de las personas que están en juego, y que són vulnerables y de hecho vulnerados” MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el Mercosur*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em: 25 set. 2005.

trabalho, que podem ser, mediata ou mesmo imediatamente aplicados aos trabalhadores migrantes, em virtude do princípio da não-discriminação.

3.2.1 A Convenção nº 97 da OIT

A Convenção nº 97 sobre os trabalhadores migrantes, de 1949, define as bases para a igualdade de tratamento entre os trabalhadores nacionais e estrangeiros em situação regular em questões como os procedimentos de contratação, as condições de vida e de trabalho, o acesso à justiça e a regulamentação sobre impostos e seguridade social. A sua apresentação no portal eletrônico da OIT resume seus dispositivos e objetivos:

Estipula que los Estados que lo ratifiquen deberán facilitar las migraciones internacionales con fines de empleo, estableciendo y manteniendo un servicio gratuito de asistencia y de información para los trabajadores migrantes, y adoptando medidas contra la propaganda engañosa sobre la emigración y la inmigración. Incluye disposiciones sobre los servicios médicos apropiados para los trabajadores migrantes y la transferencia de ingresos y ahorros. Los Estados deben aplicar un trato no menos favorable que el que se aplica a sus nacionales con respecto a un número de cuestiones que incluyen las condiciones de empleo, la libertad sindical y la seguridad social.⁴⁸

Até a data de 13 de setembro de 2005, antes da impressão final deste trabalho, havia sido ratificada por 43 países⁴⁹. É regulamentada pela Recomendação nº 86 da OIT.

Estabelece disposições sobre as condições de contratação, a participação de migrantes na formação e promoção de profissionais, a reunificação familiar, a demissão injustificada ou a expulsão, assim como outras medidas destinadas a regular o processo migratório em seu conjunto.

Contém dispositivos que regulamentam as condições em que se dão as migrações, e garantir a igualdade de tratamento em diversos aspectos. Prevê, particularmente, as informações que uns Estados devem pôr à disposição dos outros;

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/standards/norm/subject/migrant.htm>> Acesso em 25 set. 2005

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/ratifics.pl?C097>> Acesso em: 25 set. 2005.

criação de serviços de assistência e informação gratuitos para os trabalhadores migrantes, facilidades de saída, estadia e acolhimento, serviços médicos para eles e suas famílias e a obrigação para o Estado ratificante de aplicar aos imigrantes que se encontrem licitamente em seu território um tratamento não menos favorável que a seus próprios nacionais a respeito de determinadas questões, sem discriminar nacionalidade, raça, religião ou sexo.

3.2.2 A Convenção nº 143 da OIT

Já a Convenção nº 143 sobre trabalhadores migrantes, de 1975, posto em vigor em 9 de dezembro de 1978, foi adotado num momento em que a comunidade internacional começou a tomar conta do aumento da migração irregular. Seus dois principais objetivos são:

- a) regular os fluxos migratórios, eliminar a migração clandestina e lutar contra as atividades de tráfico, no intuito de acabar com os casos de migrações em condições abusivas e
- b) facilitar a integração dos migrantes nas sociedades que os acolhem, especialmente no que tange a contribuir positivamente para condições favoráveis à igualdade e oportunidade de tratamento entre trabalhadores nativos e migrantes.

A OIT apresentava, época da entrega deste trabalho, em seu portal eletrônico, seus fundamentos e disposições:

Dispone medidas para combatir las migraciones clandestinas e ilegales, y, al mismo tiempo, establece la obligación general de respetar los derechos humanos básicos de todos los trabajadores migrantes. También extiende el campo de la igualdad entre los trabajadores migrantes con residencia legal y los trabajadores nacionales más allá de las disposiciones del Convenio de 1949, para garantizar la igualdad de oportunidades y de trato en el empleo y la ocupación, la seguridad social, los derechos sindicales y culturales, y las libertades individuales y colectivas a las personas que, como trabajadores migrantes o miembros de sus familias, residen legalmente en el territorio de

un Estado que lo hubiese ratificado. Los Estados Miembros deberán facilitar la reunión de las familias de los trabajadores migrantes que residen legalmente en su territorio⁵⁰.

Até a data de 13 de setembro de 2005, antes da impressão final deste trabalho, havia sido ratificada por apenas 18 países⁵¹. É regulamentada pela Resolução nº 151 da OIT.

Hugo Roberto Mansueti complementa que a Convenção nº 143 *“también obliga a los Estados ratificantes a fomentar una auténtica igualdad de trato de los migrantes en materia de empleo y ocupación, seguridad social, derechos sindicales y culturales, y libertades individuales y colectivas”*⁵².

As disposições da Convenção nº 143 acompanham na marcha humanista de declarações e estatutos internacionais de proteção do homem. Seguem o norte da Constituição da OIT; da Declaração da Filadélfia de 1944; do Programa Mundial de Emprego da OIT; da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

Este instrumento contém algumas normas mínimas de proteção, aplicáveis aos trabalhadores migrantes em situação irregular ou que hajam sido empregados ilegalmente, ainda nos casos em que sua situação não possa ser regularizada. Este princípio toma contorno no Artigo Primeiro, em que se estabelece a obrigação dos Estados signatários de “respeitar os direitos humanos fundamentais de todos os trabalhadores migrantes”.

Esta disposição inclui a todos os trabalhadores migrantes, independentemente de sua situação migratória ou condição legal no Estado receptor. Contudo, os direitos dos trabalhadores migrantes em situação regular que se mencionam mais detalhadamente na Parte II da Convenção não são aplicáveis aos trabalhadores migrantes em situação irregular.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/standards/norm/subject/migrant.htm>> Acesso em: 25 set. 2005

⁵¹ Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/ratifics.pl?C143>> Acesso em 25 set. 2005.

⁵² MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el Mercosur*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em 25 set. 2005. p. 5

A Convenção não define os direitos humanos fundamentais de todos os trabalhadores migrantes, porém esta norma tem sido interpretada no alcance dos direitos humanos fundamentais contidos nos instrumentos e direitos humanos das Nações Unidas, como aqueles integrantes da Carta Internacional dos Direitos Humanos e a Convenção das Nações Unidas, sobre a proteção de todos os trabalhadores migratórios e de seus familiares, de 1990, assim como aos direitos fundamentais do trabalho mencionados na Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho de 1998.

É necessário aclarar que nenhum destes instrumentos opera com base na reciprocidade. Assim, portanto, o trabalhador migrante nacional de um Estado que não ratificou os convênios pode invocar sua aplicação em um Estado signatário destes. De outro lado, cabe assinalar que, se bem os convênios sejam de aplicação obrigatória para os Estados que os ratifiquem, as recomendações não são juridicamente vinculantes e, por fim, não estão sujeitas à ratificação.

3.2.3 Convenção Internacional da ONU sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e de seus familiares.

No ano de 1990, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Convenção Internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migratórios e de seus familiares.

A Convenção para a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e seus familiares entrou em vigor em 1.º de julho de 2003, abrindo enormes expectativas para os migrantes.

Nela, são reconhecidos os direitos à associação e à sindicalização, à liberdade de expressão e de credo, assim como ao devido processo legal e trato equitativo em relação a direitos econômicos e sociais. Foi ratificada por 22 países em desenvolvimento, sendo que, destes, sete são latino-americanos e representam cerca de 2,6% da população migrante.

Nenhum país industrializado a ratificou, mesmo neles – Estados Unidos e Europa Ocidental – vivendo cerca de 60% de todos os migrantes. Daí, extrai-se que esta Convenção carece do respaldo dos países do hemisfério norte, para quem ela não é uma prioridade, já que não sofrem os percalços dos sofrimentos e violações dos direitos fundamentais dos migrantes. Espera-se que o bom-senso prevaleça e que logo surja o seu apoio para a dinamizar um esforço conjunto em busca da resolução das mazelas da migração internacional⁵³.

O ceticismo destes países é fundado na proteção soberana diante dos riscos de ataques terroristas e de instabilização econômica e social, decorrentes de eventuais inchaços populacionais em regiões de prosperidade notável.

Hugo Roberto Mansueti descreve esta realidade:

Muchos se niegan a admitir el enorme aporte económico y cultural de los trabajadores migrantes, y que de aplicarse rigurosamente las políticas restrictivas, sus nacionales deberían trabajar hasta pasados los 75 años. Otros alegan que sus leyes nacionales ya dan protección satisfactoria, que se conceden demasiados derechos a los trabajadores migrantes, o que de adherirse a la Convención quedarían sujetos a una especie de escrutinio internacional. Sin embargo, tales temores son infundados, ya que este instrumento -el 6to. más importante en el ámbito de derechos humanos de la ONU-, no está destinado a trazar políticas de inmigración más liberales, ni propone ningún nuevo paquete de derechos específicos para los inmigrantes⁵⁴.

Essencialmente, esta Convenção toma em conta os trabalhadores migrantes não como mera mão-de-obra ou fatores produtivos, mas estabelece conceito pioneiro com definição de abrangência internacional de *trabajador migrat6rio*: é a pessoa que vá realizar, realize ou haja realizado uma atividade remunerada em um Estado de que não seja nacional.

Conceitua, também, os trabalhadores *fronteiriços; de temporada; marinos; em uma estrutura marina; itinerantes; vinculados a um projeto; com emprego concreto; e, por fim, por conta própria*, que, apesar de diretamente conectados com a problemática dos migrantes, não se farão aprofundar neste exame, pela objetividade de que carece.

⁵³ MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el Mercosur*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em 25 set. 2005. p. 9

⁵⁴ MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el Mercosur*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em 25 set. 2005. p. 9

Há também outros fóruns de preocupação com a situação dos migrantes, como o Conselho Econômico e Social, a Comissão de Direitos Humanos, a Subcomissão das Nações Unidas de Prevenção de Discriminação e Proteção para os Refugiados e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento⁵⁵, entre tantos.

⁵⁵ MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el Mercosur*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em 25 set. 2005. p. 9

4 MARCHA GLOBALIZANTE: A LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DOS BLOCOS ECONÔMICOS

A disciplina da Integração Regional surgiu efetivamente em 1998, voltada de modo especial para o estudo de grupos como o Mercosul e a União Européia. Esta última é o grande paradigma, a referência para o estudo da integração regional.

A questão da aproximação de países se dá desde a Antigüidade, de diferentes formas: em função da guerra ou paz ou, mormente, do comércio. A doutrina divide a aproximação entre os países em *cooperação* e *integração*.

Cooperação consiste numa aproximação incipiente, em que há tentativas iniciais de colaboração e aproximação entre os países. Já a integração é a *real aproximação* dos países, com efetiva consolidação. É sempre feita mediante tratado internacional. O Direito Internacional Público está sempre na origem destas aproximações.

A primeira fase da evolução de um bloco econômico é a mais primária: é a *zona de livre comércio*. Os países formam um bloco econômico e prevêm a livre circulação de bens (rompem-se as barreiras alfandegárias e não-alfandegárias).

A segunda fase da evolução é a da *união aduaneira*. Continua havendo a livre circulação de bens (não há restrição para os produtos), mas há a peculiaridade de uma tarifa externa comum, única, tanto para os países que participam quanto os que não participam do bloco. É mais uma integração política, porque envolve um maior número de países.

A terceira fase é a do *mercado comum*, com livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas. A aproximação política e econômica é muito mais forte nesta fase.

A quarta fase consiste na *união econômica e monetária* entre estes países. Ocorre a união da moeda, unificam-se todas as estratégias econômicas entre os países. Passa a existir uma moeda única, os países perdem parte de sua soberania.

Há muita especulação a respeito de qual seria a próxima fase, se ocorreria uma confederação entre estes países ou não. Com a guerra do Iraque houve a divisão dos

países europeus entre os que apoiavam e os que não apoiavam os EUA. Este fato terminou por enfraquecer esta discussão. Há muita doutrina sobre a discussão do futuro da União Européia, que é um paradigma desta escala. Afirma-se que a União Européia estaria dentro desta última fase, ainda indefinida.

Diz-se que o Mercosul é uma união aduaneira imperfeita, com livre circulação de bens sujeita a uma lista de restrições. No tratado do Mercosul está definido como Mercado Comum desde 1994.

4.1 A EXPERIÊNCIA EUROPÉIA

4.1.1 Direito Comunitário do Trabalho Europeu

A partir das reformas introduzidas ao TCEE, em 1992, em Maastrich, foi criada a *cidadania da União Européia*, com a finalidade de “reforçar a proteção dos direitos e interesses dos nacionais de seus membros⁵⁶”. A “Cidadania da União” foi conferida pelo Tratado aos nacionais de todos os Estados-Membros.

Estabeleceu-se que a Comunidade adotaria as medidas destinadas a firmar paulatinamente um mercado interior que engendraria “um espaço sem fronteiras interiores, no qual a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais estará garantida, de acordo com as disposições do presente tratado⁵⁷”.

No artigo 8º, reconheceu-se o direito do Cidadão da União de circular e residir livremente no território dos Estados-Membros, prevendo-se também o direito ao voto no Estado-Membro de residência. Posteriormente, em 1997, pelo Tratado de Amsterdã, modificou-se o texto deste artigo para esclarecer-se que “a cidadania da União será complementar e não substitutiva à cidadania nacional”.

Retrocedendo algumas décadas, faz-se didática breve síntese da evolução do “direito comunitário do trabalho” europeu. Não se pode afirmar que haja, a este ponto,

⁵⁶ Título I, artigo B do Tratado.

⁵⁷ Artigo 7 A do Tratado.

no plano social, uma sistematização normativa de organização supranacional, qual seja um direito comunitário do trabalho sólido, pronto e acabado.

De qualquer forma, é essencial o estudo das fontes já existentes nesta dimensão, para que dialoguem com as necessidades sociais e tendências econômicas ao longo de sua evolução.

O marco inicial deste ponto coincide com o estarte da reorganização da Europa após a Segunda Guerra Mundial, quando os países europeus promoveram estruturas conjuntas nos planos militar, econômico e político, no escopo de se reconstruírem, fortalecerem-se e defenderem-se mútua e reciprocamente.

Sob o aspecto político, acena o surgimento do Conselho Europeu⁵⁸, integrado pelas democracias pluralistas comprometidas com os ideais humanistas. Seu objetivo é a salvaguarda dos ideais e princípios comuns, bem como a promoção do progresso econômico e social dos seus membros⁵⁹. É o órgão superior da Comunidade, encarregado de definir suas principais políticas.

O Conselho é também o sujeito do ponto zero do que queremos chamar de fontes históricas de direito comunitário do trabalho. Isso se justifica pela realização, em abril de 1950, em Roma, da Convenção de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e em Turim, em outubro de 1961, da Carta Social Européia. Além disso, é de se ressaltar que a ele cabe assegurar a livre circulação de trabalhadores (artigos 48 a 51 do Tratado da CE); promover a reaproximação das leis (artigos 100 a 102 do Tratado da CE); elaborar a política social (artigos 117 a 122 do mesmo tratado) e desenvolver uma educação de qualidade e formação profissional (artigos 126 e 127).

Para implementar estes postulados, editaram-se, paulatinamente, os documentos-chave no trato da matéria da livre circulação de pessoas: o Regulamento nº 1612/68 do Conselho, de 15 de outubro de 1968, relativo à livre circulação de

⁵⁸ Tratado de Strassburgo, 1949.

⁵⁹ BARROS, Alice Monteiro de. *Direito Comunitário do Trabalho*. LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo (coord.) *Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional – O papel do juiz no processo de integração regional*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. p. 30.

trabalhadores na Comunidade; o Regulamento nº 312/76 do Conselho, de 9 de fevereiro de 1976, que altera as disposições relativas aos direitos sindicais dos trabalhadores constantes do Regulamento nº 1612/68 e o Regulamento nº 2434/92 do Conselho, de 27 de julho de 1992, que altera a segunda parte do Regulamento nº 1612/68.

Além destes Regulamentos, vários outros foram editados no trato de políticas comunitárias sociais e de emprego, e se incluem num eixo epistemológico mais amplo, do direito comunitário do trabalho propriamente dito, porém não serão objeto deste estudo, que se foca no bojo específico da mobilidade laboral.

Alice Monteiro de Barros aclara que, na Carta Social, não havia comum acordo acerca dos direitos fundamentais de conteúdo econômico-social, mas apenas quanto aos de cunho civil e político. Não obstante, porém, consagraram-se os direitos ao trabalho, a condições eqüitativas de trabalho, à segurança e higiene, à remuneração justa e suficiente para assegurar – ao menos – o mínimo existencial de sua família, à sindicalização e à seguridade social, o que se deu pelas noções intervencionista do estado social de direito e protecionista do direito do trabalho⁶⁰.

Nas décadas seguintes, o que se viu foi acentuar-se a aproximação entre os países europeus, que levaria à concretização da Comunidade Européia e, mais tarde, da União Européia⁶¹, com base na livre circulação de mercadorias e a adoção de tarifa aduaneira comum entre os países-membros.

Com o implemento destes regulamentos e os ajustes comunitários de fomento destas políticas, tornou-se efetiva, no âmbito da União Européia, a livre circulação de pessoas, inclusive para a finalidade de atender a atividades produtivas, cuja regulamentação vem à baila no próximo ponto.

⁶⁰ BARROS, Alice Monteiro de. *Direito Comunitário do Trabalho*. LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo (coord.) *Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional – O papel do juiz no processo de integração regional*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. p. 30.

⁶¹ A partir da vigência, em 1952, do tratado que criou a Comunidade Européia do Carvão e do Aço. Posteriormente, na década de 1980, viu-se adotar o Ato Único Europeu, que culminou com a assinatura do Tratado da União Européia, em Maastrich, Luxemburgo.

4.1.2 A livre circulação de pessoas

Como decorrência lógica do funcionamento deste mercado comum, surgiu a necessidade de dirimirem-se óbices à livre circulação de pessoas, e, sobremaneira, de trabalhadores⁶², com fundamentos na erradicação da discriminação – ao menos jurídica – fundada em nacionalidade e no fomento da igualdade de concorrência⁶³.

Torna-se do melhor entendimento, humanista e incluyente, que a livre circulação de pessoas é “direito fundamental do trabalhador comunitário”⁶⁴. Ela deve implicar igualdade de acesso ao emprego, remuneração, benefícios previdenciários e condições de trabalho entre o estrangeiro e o nacional.

O Portal Europeu da Mobilidade Profissional traz informações elucidativas sobre o tema, nos seguintes termos:

Nos países membros do Espaço Econômico Europeu, a livre circulação de trabalhadores constitui um direito fundamental que permite aos cidadãos de qualquer um desses países trabalhar noutro país nas mesmas condições que os cidadãos desse mesmo Estado-Membro⁶⁵. Durante um período transitório máximo de sete anos, a partir de 1 de maio de 2004, podem aplicar-se determinadas condições para restringir a livre circulação de trabalhadores de, para e entre novos⁶⁶ Estados-Membros. Tais restrições dizem apenas respeito à liberdade de circulação para efeitos de atividade laboral e podem diferir de um Estado-Membro para outro⁶⁷.

Estas disposições resumem, em síntese, o foco de aplicação das normas de livre circulação de pessoas na União Européia, conforme as disposições dos Tratados analisados neste ponto. Porém, reforce-se, apenas é considerado estrangeiro a ser incluído, no aspecto da ampla liberdade de circulação e oportunidades, aquele oriundo

⁶² Artigo 3º, alínea g, CEE; e Artigo 48 do Tratado da Comunidade Européia, respectivamente.

⁶³ BARROS, Alice Monteiro de. *Direito Comunitário do Trabalho*. LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo (coord.) *Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional – O papel do juiz no processo de integração regional*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. p. 31.

⁶⁴ FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa citado por BARROS, Alice Monteiro de. *Direito Comunitário do Trabalho*. LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo (coord.) *Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional – O papel do juiz no processo de integração regional*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. p. 31.

⁶⁵ Alemanha, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia e Áustria.

⁶⁶ Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polónia e República Tcheca.

⁶⁷ Disponível em: <<http://eu.int/eures/main.jsp?lang=pt&acro=free&step=0>> Acesso em: 25 set. 2005.

de país-membro signatário do Tratado da União Européia: o cidadão da União, cidadão europeu.

Nota-se que o referido Portal ainda elenca várias vantagens da migração laboral intracomunitária, inclusive elegendo o ano de 2006 como *Ano Europeu da Mobilidade dos Trabalhadores*, com o objetivo de sensibilizar os trabalhadores acerca das vantagens inerentes à mobilidade geográfica e à mobilidade profissional, trazendo motivos de fomento da mobilidade laboral, como a possibilidade que os trabalhadores têm “de adquirirem novas competências, habilidades e experiência, trazendo tanto benefícios para eles próprios, como para seus empregadores”⁶⁸.

A razão deste incentivo por parte da União para o incremento das migrações laborais é que elas são praticamente inexistentes nos moldes em que estão previstas. Na mesma fonte de consulta, corrobora-se esta afirmação, quando se expõe que “a percentagem de cidadão europeus que trabalham num país da U.E. diferente do de proveniência – cerca de 1,5% – manteve -se estável nos últimos 30 anos”.

A justificativa do comissário europeu responsável pelo emprego, os assuntos sociais e a igualdade de oportunidades, é que, segundo ele:

“(...) existem entraves jurídicos, administrativos e lingüísticos à mobilidade dos trabalhadores, a que se associam o desconhecimento da informação e do auxílio disponíveis e o fato de muitos trabalhadores não estarem ainda convencidos das vantagens de trabalhar em outro país e/ou setor”⁶⁹.

Porém, convenhamos, parece lógico que a maior razão para este fenômeno é a falta de interesse dos cidadãos europeus em migrar, já que, pelo perfil político-econômico dos Estados-Membros, geralmente haja condições de desenvolvimento pleno nos próprios países de origem.

Esta realidade contrasta diametralmente com o interesse direto de cidadãos de Estados estrangeiros, não-membros, de migrar para regiões mais prósperas. E a razão

⁶⁸ Consulta realizada online no Portal Europeu da Mobilidade Profissional. Disponível em: <<http://www.eu.int/eures/main.jsp?lang=pt&catId=7533&myCatId=7533&parentId=20&acro=news>> Acesso em 25 set. 2005.

⁶⁹ Consulta realizada online no Portal Europeu da Mobilidade Profissional. Disponível em: <<http://www.eu.int/eures/main.jsp?lang=pt&catId=7533&myCatId=7533&parentId=20&acro=news>> Acesso em 25 set. 2005.

desta discriminação qualitativa do estrangeiro trabalhador é traduzida num dos objetivos fundantes – positivado no artigo 2º do Tratado – da União Européia, que é buscar “(...) desenvolvimento harmonioso e equilibrado das atividades econômicas, um crescimento sustentável e não inflacionista, que respeite o ambiente, um alto grau de convergência das economias (...)”, visando ao fomento de “(...) um elevado nível de emprego e *proteção social* e a solidariedade *entre os Estados-Membros*”.

Não obstante o peso deste influxo, que permeia o ambiente de plena liberdade *dentro* da União, faz-se premente prosseguir na análise dos marcos normativos comunitários relacionados com a temática do trabalho e emprego e, diretamente, com as migrações laborais e a livre circulação de pessoas.

O Tratado de Roma assegura a livre circulação aos assalariados, prestadores de serviço, o direito de estabelecimento em outro Estado-Membro – para o exercício de atividade profissional. Diretivas do Conselho concederam este direito também a aposentados e estudantes.

Ainda assim, restringida a liberdade aos cidadãos internos, restavam desafios à concretização das disposições do artigo 2º do TUE. Para que estas normas, àquela altura meramente programáticas, construíssem pilares materiais que fossem percebidos no seio da sociedade, promoveram-se imperiosos ajustes políticos e jurídicos, como a harmonização dos custos de mão-de-obra. Observava-se a preocupação de evitar desigualdades de concorrência no processo integrador-globalizante, tanto a título de remuneração quanto de demais garantias trabalhistas reflexas – historicamente incorporadas aos ordenamentos jurídicos –, com intensidade proporcional ao caráter social-intervencionista de cada Estado.

4.1.3 Normas comunitárias relativas à livre circulação de pessoas

4.1.3.1 Regulamentos n^{os} 1612/68, 312/76 e 2434/92 do Conselho Europeu

Os Regulamentos n^{os} 1612/68, 312/76 e 2434/92 do Conselho e mais nove diretivas eram os instrumentos específicos relativos à livre circulação de trabalhadores na Comunidade. Em 29 de abril de 2004, com a adoção da Diretiva n^o 2004/38 do Parlamento e do Conselho, que alterou o Regulamento n^o 1612/68 e revogou as outras diretivas que tratavam da livre circulação de trabalhadores, unificando sua disciplina em um único texto, concretizando os primados dos Tratados fundamentais anteriores, tanto do Tratado de Roma, quanto da Carta Social Européia, do próprio Tratado da União Européia e dos Regulamentos aqui referidos.

Regulamentos são atos normativos destinados aos Estados, pessoas físicas e pessoas jurídicas. Têm aplicabilidade imediata e efeito direito. Entram em vigor a partir do momento em que são publicados no Diário Oficial da União Européia. Seu conteúdo é bastante amplo, porque se aplicam, como dito, a Estados, pessoas físicas e jurídicas. O efeito direito significa a possibilidade de a parte beneficiada por esta legislação ter o direito de invocá-la.

Estes Regulamentos, especificamente, têm a finalidade de garantir o acesso ao emprego, o exercício do emprego e a igualdade de tratamento entre os trabalhadores migrantes e os nacionais, sob a égide da legislação nacional em razão do local da prestação do serviço.

A síntese da legislação das atividades da União Européia traduz, nesta esteira, que:

Os nacionais de um Estado-Membro têm o direito de aceder a uma atividade assalariada e de a exercer no território de outro Estado-Membro, em conformidade com a regulamentação nacional pertinente aplicável aos trabalhadores nacionais. Beneficiam-se, no território de outro Estado-Membro, da mesma prioridade que os nacionais desse Estado no acesso aos empregos disponíveis. Recebem o mesmo apoio que os serviços de emprego desse Estado concedem aos seus nacionais que procuram emprego. O seu recrutamento não pode estar dependente de critérios médicos, profissionais ou outros que sejam discriminatórios em razão da nacionalidade⁷⁰.

E reitera, em relação ao princípio da não-discriminação, que:

⁷⁰ Disponível em: <<http://www.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/I23013a.htm>> Acesso em: 25 set. 2005.

O trabalhador nacional de um Estado-Membro não pode, no território dos outros Estados-Membros e em razão da sua nacionalidade, sofrer tratamento diferente daquele que é concedido aos trabalhadores nacionais no que diz respeito a todas as condições de emprego e de trabalho (nomeadamente, remuneração e demissão). Beneficia-se igualmente de todas as medidas existentes em matéria de formação, reorientação ou reconversão profissional, bem como das mesmas vantagens sociais e fiscais a que esteja submetido trabalhador nacional⁷¹.

Assevera, ainda, que os regulamentos pertinentes garantem ao trabalhador migrante – móvel – a igualdade de tratamento relativa ao acesso, participação e inclusão na estrutura sindical do Estado-Membro receptor, corroborando sua liberdade de votar e ser votado nas organizações sindicais, podendo representar os membros de sua categoria na administração ou direção nestas organizações.

Os dispositivos estendem, por fim, aos membros da família – como tal entendidos os descendentes menores de 21 anos e ascendentes que deles dependam, bem como o/a cônjuge – do trabalhador migrante o direito de instalação, residência, igualdade de tratamento e acesso ao trabalho e à educação, entre outros.

4.1.3.2 Diretiva 2004/38/CE do Conselho Europeu

Já em relação à disciplina da Diretiva nº 2004/38, frisa-se a importância de seu estudo mais acurado, tanto pela atualidade quanto pela abrangência que significa na estrutura comunitária da liberdade de circulação. Ela tem o propósito de atualizar os dispositivos dos Regulamentos nºs 1612/68, 312/76 e 2434/92 do Conselho, bem como substituir as Diretivas anteriores relativas ao tema.

Lembre-se que as Diretivas direcionam-se ao Estado-Membro para que este legisle internamente nas questões que a diretiva traz em si, ajudando na uniformização do direito comunitário, sendo que cada Estado-Membro deverá cumpri-la dentro de um prazo imediato, e que este prazo é para o Estado se adaptar às suas normas.

Iniciando, então, o trato da presente Diretiva, cabe pontuar que ela se destina a regulamentar:

⁷¹ Disponível em: <<http://www.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/I23013a.htm>> Acesso em: 25 set. 2005.

- a) as condições de exercício do direito à livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros de suas famílias;
- b) o direito de residência permanente; e
- c) a limitação dos direitos acima mencionados por razões de ordem pública, de segurança pública e de saúde pública.

Em relação ao direito de circulação e residência temporário por período inferior a três meses, tem-se que:

Qualquer cidadão da União Europeia tem direito a deslocar-se a um outro Estado-Membro munido de um bilhete de identidade ou de um passaporte válido. De qualquer forma, não poderá ser imposto qualquer visto de saída ou de entrada. Caso o cidadão em questão não disponha de documentos de viagem, o Estado-Membro de acolhimento fornece à pessoa em causa todas as facilidades para obter ou para que lhe sejam enviados os documentos necessários.

Os membros da família que não têm nacionalidade de um Estado-Membro beneficiam do mesmo direito que os do cidadão que acompanham. Poderão estar sujeitos à obrigação de visto de curta duração nos termos do Regulamento (CE) nº 539/2001. O cartão de residência será considerado como equivalente ao visto de curta duração.

No que se refere a estadias inferiores a três meses, a única formalidade imposta aos cidadãos da União é a posse de um documento de identidade ou de um passaporte válido. O Estado-Membro de acolhimento poderá solicitar ao interessado que assinale a sua presença no seu território num prazo razoável e não discriminatório.⁷²

Já o tratamento do direito de residência temporário de duração superior a três meses pressupõe que se faça necessário presença das seguintes condições⁷³:

- exercer uma atividade econômica na qualidade de trabalhador assalariado ou não assalariado;
- dispor de recursos suficientes e de um seguro de doença para não se tornar um encargo para a assistência social do Estado-Membro de acolhimento durante a sua residência. Neste contexto, os Estados-Membros não poderão fixar o montante dos recursos que consideram suficientes, devendo ter em conta a situação pessoal da pessoa em questão;
- seguir uma formação profissional enquanto estudante;
- ser membro da família de um cidadão da União que integre uma das categorias acima referidas.

Não é necessário o cartão de residência para os cidadãos da União. Porém, os Estados-Membros poderão solicitar ao cidadão que proceda ao seu registro junto das autoridades competentes num prazo que não será inferior a três meses a contar da sua chegada. O certificado de registro será imediatamente emitido mediante apresentação:

- de um bilhete de identidade ou de um passaporte válido;

⁷² Disponível em: <<http://www.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l33152.htm>> Acesso em 25 set. 2005.

⁷³ Disponível em: <<http://www.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l33152.htm>> Acesso em 25 set. 2005.

- de uma declaração ou qualquer outro meio, à escolha do cidadão, a fim de demonstrar que preenche as condições acima referidas.

Observa que os membros da família de um cidadão da União que não tenham nacionalidade de um Estado-Membro devem requerer um "cartão de residência de membro da família de um cidadão da União", com uma validade de pelo menos cinco anos, a contar da data da sua emissão. A morte, a partida do território do Estado-Membro de acolhimento do cidadão da União, bem como o divórcio, a anulação do casamento ou a cessação da parceria registrada não afetam o direito de residência dos membros da família que não tenham a nacionalidade de um Estado-Membro, mediante determinadas condições⁷⁴.

Já em relação ao direito de residência permanente, tem-se que qualquer cidadão da União adquire direito de residência permanente no Estado-Membro de acolhimento após aí ter residido legalmente durante um período de cinco anos consecutivos, desde que não tenha sido objeto de uma medida de afastamento⁷⁵.

O direito de residência permanente deixou de estar sujeito a qualquer condição. A mesma regra será aplicável aos membros da família que não tenham nacionalidade de um Estado-Membro e que residiram cinco anos com um cidadão da União.

Uma vez adquirido, o direito de residência permanente apenas se perde em caso de ausência de duração superior a dois anos consecutivos do Estado-Membro de acolhimento⁷⁶.

A diretiva reconhece aos cidadãos da União que exercem uma atividade assalariada ou não assalariada e aos membros da sua família o direito de residência permanente antes de decorridos os quatro anos de residência contínua, caso se verifiquem determinadas condições (que decorrem do Regulamento (CEE) n.º 1251/70)⁷⁷.

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l33152.htm>> Acesso em 25 set. 2005.

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l33152.htm>> Acesso em 25 set. 2005.

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l33152.htm>> Acesso em 25 set. 2005.

⁷⁷ Disponível em: <<http://www.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l33152.htm>> Acesso em 25 set. 2005.

O cartão de residência permanente tem duração ilimitada e é renovável de pleno direito de dez em dez anos. Será emitido no prazo de seis meses a partir da introdução do pedido. O cidadão poderá provar a continuidade da sua residência por qualquer meio de prova utilizado no Estado-Membro de acolhimento⁷⁸.

Há também disposições comuns ao direito de residência temporário e ao direito de residência permanente⁷⁹.

Outro fator de necessário exame é a relativização da liberdade de circulação pela Diretiva, que se consubstancia na limitação do direito de entrada e de residência do migrante em outro Estado-Membro que não o de origem por razões de ordem, segurança ou saúde públicas, cuja disciplina encerra a abrangência da Diretiva 38 de 2004.

Há critérios objetivos traçados no texto diretivo para a aplicação desta limitação, que visam à garantia de observação dos princípios que norteiam o tema, principalmente a não-discriminação. Segundo eles, a decisão de afastamento do cidadão da União migrante pelo Estado-Membro receptor deverá ou não se dar nas seguintes circunstâncias: em nenhum caso poderá se dar baseada em razões econômicas, mas tão-somente com fundamento na conduta *pessoal* do cidadão; a existência de condenação penal transitada em julgado nem mesmo a caducidade do documento de ingresso são justificativas bastantes ou suficientes para a decretação de tal medida; a conduta deve constituir ameaça atual e iminente a interesse fundamental do Estado⁸⁰.

Antes de proceder ao afastamento do cidadão potencialmente prejudicial à ordem, à segurança e à saúde públicas, o Estado-Membro deve analisar fatores subjetivos da sua personalidade e percepção social no íterim de permanência no

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l33152.htm>> Acesso em 25 set. 2005.

⁷⁹ “Qualquer cidadão da União beneficiário do direito de residência ou do direito de residência permanente, bem como os membros da sua família, beneficia de igualdade de tratamento relativamente aos cidadãos nacionais nos domínios de aplicação do Tratado. Todavia, antes da aquisição do direito de residência permanente, o Estado-Membro de acolhimento não é obrigado a conceder o direito a uma prestação de assistência social a pessoas que não os trabalhadores assalariados ou não assalariados e os membros da sua família nem a conceder o direito a uma bolsa de subsistência aos beneficiários do direito de residência que se deslocaram no seu território para aí prosseguir estudos. Os membros da família, independentemente da sua nacionalidade, terão o direito de exercer uma atividade econômica assalariada ou não assalariada”. Disponível em: <<http://www.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l33152.htm>> Acesso em 25 set. 2005.

⁸⁰ Disponível em: <<http://www.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l33152.htm>> Acesso em 25 set. 2005.

território do Estado receptor – como faz um juiz à dosimetria da sanção penal –, como duração da residência, idade, saúde, integração social, situação familiar e laços de origem⁸¹.

São garantidos, ao menos relativamente, a ampla defesa e o contraditório ao cidadão que pode vir a ser afastado, o que se cristaliza nos deveres de notificação e fundamentação da decisão ao interessado, oportunidade de recurso e prazo razoável para cumprimento da determinação⁸².

Todas estas normas, até aqui, como já exposto, destinam-se aos cidadãos nativos de Estados-Membros da União Européia, e tutelam sua liberdade de locomoção e imersão em atividades produtivas em qualquer destes Estados.

Não poderíamos dar as costas para o tratamento jurídico da locomoção, mobilidade, migração, circulação de cidadãos nativos de Estados terceiros – não integrantes da União. A relação desta com aqueles é regida pela Diretiva nº 109 de 2003 do Conselho, que entra em cena no próximo ponto.

4.1.3.4 Diretiva 2003/109/CE do Conselho Europeu⁸³

Este ato rege a situação de residência de estrangeiros oriundos de Estados terceiros no território de qualquer dos Estados-Membros da união comunitária européia. Concede um estatuto de residente de longa duração aos que residirem nesta situação legal e ininterruptamente por prazo não inferior a cinco anos, e pode-se afirmar que representa o estatuto do estrangeiro residente na comunidade européia, definindo os detalhes de sua permanência e circulação no território europeu, bem como de seus familiares.

Esta Diretiva tem o objetivo de aproximar as legislações dos Estados-Membros e assegurar um tratamento equitativo em todo o território europeu, independentemente

⁸¹ Disponível em: <<http://www.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l33152.htm>> Acesso em 25 set. 2005.

⁸² Disponível em: <<http://www.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l33152.htm>> Acesso em 25 set. 2005.

⁸³ Disponível em: <<http://www.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l23034.htm>> Acesso em 25 set. 2005.

do Estado-Membro de residência. Seus dispositivos aplicam-se aos nacionais de países terceiros que residam legalmente no território de um Estado-Membro.

Grife-se que são excluídas do âmbito de aplicação determinadas categorias de pessoas que se encontrem em situações precárias ou de curta duração. Dentre estas, podem-se imiscuir refugiados, candidatos a asilo político na pendência de decisão; trabalhadores sazonais, transfronteiriços, entre outros.

Determina que a execução pelos Estados-Membros das suas disposições deverá respeitar o princípio da não-discriminação, esculpido no artigo 13 do Tratado constitutivo da Comunidade Européia e o artigo 21 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Européia.

Os Estados-Membros têm – tiveram, a depender da data de eventual reeleitura deste trabalho – prazo até 23 de janeiro de 2006 para aplicar a presente diretiva em seus ordenamentos internos.

4.1.4 Jurisdição e jurisprudência comunitárias relativas à liberdade de circulação

Para que se concretizassem todos direitos encartados acima, tornou-se necessário surgir um sistema jurisdicional que assegurasse a uniformidade de interpretação do ordenamento jurídico comunitário, o que se cristalizou com a Criação da Corte de Justiça e, paralelamente, do Tribunal de Primeira Instância – também chamado Tribunal de Justiça, instituído pelo Ato Único e funcionando desde 1988.

Dentre os primeiros dos ajustes, encontram-se os conceitos de empregado e de relação de emprego. A jurisprudência da Corte de Justiça Européia, que antes considerava que cabia aos direitos nacionais a interpretação do conceito de trabalhador (empregado) constante do artigo 48 do Tratado da Comunidade Européia, viu-se obrigada a rever esta posição, tendo em vista que este entendimento possibilitava a exclusão de determinadas categorias da condição de destinatário das normas protetivas do trabalho. Tal possibilidade colocava em risco a solidez do direito comunitário, e deveria ser extinta.

Para suprir esta demanda, a Corte de Justiça reviu o sentido e o alcance do conceito de trabalhador, que passou a ser interpretado de forma coesa, internacionalmente. Ora, como tal, então, passou a ser considerada a pessoa que preste serviço em favor de outrem, mediante remuneração e subordinação⁸⁴. E emprego, por conseguinte, define-se como relação pessoal e subordinada de prestação de serviço com contra-prestação onerosa, orientação que se alinha com a doutrina – se não pacífica – majoritária.

Além da uniformização dos conceitos, a Corte de Justiça, paulatinamente, ampliou a extensão da liberdade de circulação. Em decisão proferida em 1990⁸⁵, reconheceu às empresas, “que exerciam as atividades em outro Estado-Membro sobre a base da livre circulação de serviços, o direito de realizar estas atividades com seus próprios trabalhadores, ainda que estes fossem desprovidos do direito de livre circulação, como ocorria com os portugueses até 1992”.⁸⁶ O elastecimento da liberdade às empresas vem, conforme explicita Alice Monteiro de Barros, ao encontro do respeito à liberdade de elas contratarem sem restrições “desprovidas de efeito útil”.

Assevera, por fim, a autora, que a Corte de Justiça aclarou também que “os Estados-Membros podem estender suas legislações às convenções coletivas de trabalho concluídas pelos interlocutores sociais às pessoas que efetuarem um trabalho assalariado, mesmo de caráter temporário, qualquer que seja o país de estabelecimento do empregador, acrescentando que o Direito Comunitário não proíbe aos Estados-Membros de impor o respeito às regras pelos meios apropriados. São assim aplicáveis às regras relativas a um determinado nível de remuneração, à higiene e à segurança”.

⁸⁴ BARROS, Alice Monteiro de. *Direito Comunitário do Trabalho*. LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo (coord.) Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional – O papel do juiz no processo de integração regional. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. p. 32.

⁸⁵ Aff. N. 344/87, de 31 de maio de 1989. *Bettray c/ staatssecretaris van Justitie* – citado em nota de rodapé da obra de BARROS, Alice Monteiro de. *Direito Comunitário do Trabalho*. LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo (coord.) Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional – O papel do juiz no processo de integração regional. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. p. 32.

⁸⁶ BARROS, Alice Monteiro de. *Direito Comunitário do Trabalho*. LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo (coord.) Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional – O papel do juiz no processo de integração regional. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. p. 32.

A importância da atuação dos Estados-Membros no condicionamento, ajuste e enquadramento de sua legislação interna reside na observação dos postulados, por um lado, do princípio da subsidiariedade da aplicação do Direito Comunitário, conforme o qual “ninguém deve fazer ao nível da Comunidade Européia o que pode ser feito com função equivalente ou melhor em outro nível inferior”⁸⁷; de outro, na aplicabilidade direta do direito comunitário e de sua prevalência sobre o direito interno.

O juiz nacional deve, por conseguinte, funcionar como termômetro coerente entre as ordens interna e comunitária, devendo estar a par da evolução de ambas e proceder, sempre que entender necessário, e em qualquer tempo do processo, ao reenvio prejudicial deste, para apreciação pelo Tribunal de Justiça.

4.2 O MIGRANTE NO MERCOSUL

O Mercosul, firmado pelo Tratado de Assunção, gera compromissos comuns para os Estados-Membros, como a adequação dos ordenamentos jurídicos internos e o respeito mútuo às suas disposições. É o Mercado Comum do Sul, do qual fazem parte o Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, e os países convidados Bolívia e Chile, e pressupõe uma forma de cisão da zona de livre comércio e da união aduaneira.

Quando da formação definitiva do Mercosul, em 26 de março de 1991, com o referido tratado, as questões sociais e trabalhistas não foram sequer mencionadas, mas, todavia, não deixaram de preocupar os países envolvidos, fazendo com que, em 11 de dezembro de 1991 fosse criado o GMC (Grupo Mercado Comum), e um subgrupo, o SGT 10. Esse subgrupo preocupou-se com a necessidade da adoção de uma Carta de Direitos Fundamentais do Mercosul.

Muito embora esteja definido nesse tratado como Mercado Comum desde 1994, diz-se que o Mercosul é uma união aduaneira imperfeita, com livre circulação de bens

⁸⁷ BARROS, Alice Monteiro de. *Direito Comunitário do Trabalho*. LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo (coord.) *Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional – O papel do juiz no processo de integração regional*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. p. 32.

sujeita a uma lista de restrições. Afinal, o que importa é a realidade fenomênica: o *phenomenon*, e não o *nomen iuris*.

Para que se torne efetivamente mercado comum, deve preencher condições mínimas para tanto, o que ainda não ocorre. Dentre estas condições, enumera Paulo R. Schilling, estão: a plena soberania dos países-membros em relação aos centros exteriores de poder e decisão; a efetiva vontade política e representatividade dos governos que protagonizam o processo; o real interesse das classes dominantes dos países-membros no processo de integração; uma visão clara, bem definida, de o que é mercado comum; a necessidade básica de uma moeda comum ou, ao menos, da paridade cambial; um código de ética objetivando estabelecer normas mínimas de moralidade na administração pública e nas práticas da iniciativa privada; o estabelecimento dos índices mínimos de nacionalização dos produtos industriais fabricados pelos países-membros; o arquivamento definitivo de todos os planos e teorias expansionistas; e, por fim, um mínimo aceitável de estabilidade e desenvolvimento econômico nos países em processo de integração⁸⁸.

O cenário de integração regional no Mercosul deve considerar seu impacto sobre o mundo do trabalho, como a expansão do mercado; a nova divisão regional do trabalho; a dimensão temporal dos impactos, a reestruturação na demanda de trabalho; o dumping social; a existência inegável dos oligopólios; as assimetrias entre os estados-membros como fatores condicionantes do processo; e as próprias migrações laborais, que estudamos aqui⁸⁹.

Faz-se necessário, em prol da objetividade e concisão deste trabalho, um salto epistemológico sobre os pilares jurídicos do Mercosul, buscando, desde logo, sua relação com o fenômeno migratório, até porque este não se limita a esse nas terras latino-americanas, mas também a uma série de dados, relativos, inclusive, aos países andinos.

⁸⁸ SCHILLING, Paulo R. *Mercosul: Integração ou dominação*. São Paulo: CEDI, 1992. p.105-131.

⁸⁹ STOLOVICH, Luis. *El impacto de la integración económica regional sobre el mundo de trabajo. El caso del MERCOSUR*. Cuadernos de Informacion Popular. Montevideo: CIEDUR – DATES nº 13, 1994. p.18-37.

Desde logo, porém, deve-se antever a pouca similitude entre as estruturas comunitárias sociais do Mercosul e da União Européia, incomparáveis, com fundamento no vasto desenvolvimento jurídico desta, sistematizado, consolidado e funcional.

A liberdade de circulação, que é uma realidade no Velho Continente, ainda que intracomunitária, é exemplo de dinamicidade e força econômico-sociais. Mais que liberdade de partir, significa também liberdade de ficar, permanecer.

A prevalência da *escolha* pela terra natal, a despeito da imposição da estagnação geográfica, é liberdade revolucionária e exercício pleno de dignidade, e reflete dos dados migratórios: “a percentagem de cidadãos europeus que trabalham num país da U.E. diferente do de proveniência – cerca de 1,5% – manteve -se estável nos últimos trinta anos”.

Na operação lógica inversa, tem-se que 98,5% dos cidadãos europeus desenvolvem suas atividades produtivas ao enlace de suas raízes, mesmo diante das práticas de fomento das migrações laborais regulares dentro dos contornos da União⁹⁰.

Já no Mercosul, a realidade é outra. Devido às diferenças sociais, econômicas, culturais e dimensionais existentes entre os países integrantes do Mercosul, seria difícil a implantação de uma legislação laboral unificada, tendo em vista que esta esbarraria em diversas dificuldades, como a assimetria de ordem legislativa, a qual ocorre no campo da jornada semanal, nas férias anuais remuneradas, nos feriados anuais, no seguro desemprego, na indenização por dispensa sem justa causa, na licença maternidade e, principalmente no que diz respeito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que é um instituto somente existente no Brasil, sem qualquer correspondente nos demais países do MERCOSUL.

⁹⁰ Consulta online no Portal Europeu da Mobilidade Profissional. Disponível em: <<http://www.eu.int/eures/main.jsp?lang=pt&catId=7533&myCatId=7533&parentId=20&acro=news>> Acesso em 25 set. 2005.

4.2.1 Principais normas do Mercosul sobre direitos sociais e circulação de trabalhadores

O direito de Livre Circulação de trabalhadores encontra fundamento no princípio da não discriminação, que comporta a igualdade de tratamento entre todos os trabalhadores que desempenham sua atividade no âmbito de um mercado comum, superando-se toda discriminação quanto aos trabalhadores estrangeiros face aos trabalhadores nacionais.

Tal discriminação gera dificuldades para a livre circulação, podendo criar problemas para os trabalhadores nacionais. No Brasil, vigoram a Lei 6815/80, Estatuto do Estrangeiro, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o conselho Nacional de Imigração, que será estudado adiante; o Dec. Lei 691/69, que dispõe sobre técnicos estrangeiros; a Lei 7064/82, que trata do deslocamento de trabalhadores contratados por empresas de engenharia que prestam serviços em outros países.

O primeiro dispositivo a ser grifado, acerca da liberdade de circulação, é o art. 1º. do Tratado de Assunção, que estabelece que o Mercado Comum implica a *livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos* entre os estados Membros, por meio da eliminação dos direitos alfandegários, restringindo tarifas e qualquer outra medida de efeito semelhante.

Merecem destaque os protocolos vigentes sobre integração na educação, com reconhecimento de certificados, títulos e estudos de níveis fundamental e médio não-técnico, médio técnico, de graduação, pós-graduação e docência⁹¹. Também grifáveis aqueles relativos à assistência jurisdicional, na cooperação e assistência em diversas matérias, seja civil; comercial; trabalhista; administrativa; processual; penal; responsabilidade civil decorrente de acidentes de trânsito; jurisdição internacional; e, por fim, matéria contratual⁹².

⁹¹ MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el MERCOSUR*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p.16

⁹² MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el MERCOSUR*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p.16

Há também acordos, que ainda não obtiveram vigência simultânea, relativos à estrutura regional social, representados pela Convenção Multilateral de Seguridade Social do Mercosul e o Acordo Administrativo que o regulamenta. Hugo Roberto Mansueti aclara que:

A través de estos instrumentos se implementa un sistema de reconocimiento recíproco, entre los Estados parte, de las cotizaciones efectuadas por los trabajadores nacionales o extranjeros habitantes, de manera tal que las prestaciones puedan ser otorgadas por el Estado donde el trabajador o beneficiario se encuentre⁹³.

Ressaltam-se os avanços no trato da regulamentação das atividades do trabalhador fronteiriço, mediante os quais se aprovou um regime de identificação e circulação especial em favor dos residentes de um Estado parte que trabalhem em regiões contíguas de jurisdição de outro. Esta e outras normas constituem gestos e alcances importantes dos governos, e são resultados de intercâmbio cultural, educativo e jurisdicional de que o processo de integração necessita⁹⁴.

Ultrapassando o mero escopo de positivação jurídica das garantias que visam à consubstanciação da liberdade de circulação dos trabalhadores e da integração regional, num plano genérico, Aldacy Rachid Coutinho cunhava, já em 1996 que:

O principal embate, entretanto, não será o da harmonização das legislações internas, mas será, certamente, o da defesa do direito mínimo do trabalho no processo de integração, necessário para o crescimento do “anão-social”, frente à supressão da proteção do trabalhador, pela mentalidade neoliberalista de desregulamentação como necessidade – ficta – para manter a competitividade.

A superação do Estado paternalista só poderá se efetivar com justiça social, na medida em que mantivermos um Estado que intervenha porquanto é preciso que os direitos trabalhistas sempre sejam reconhecidos e garantidos; direitos a uma jornada máxima, direito ao descanso, direito a um salário compatível com as necessidades dos trabalhadores⁹⁵.

4.2.1.1 Declaração Sócio-laboral do Mercosul

⁹³ MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el MERCOSUR*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p.17

⁹⁴ MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el MERCOSUR*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p. 18 e 19

⁹⁵ COUTINHO, Aldacy Rachid. *Direito do Trabalho e Mercosul: Perspectivas para uma Integração Regional*. Revista Direito e Mercosul. Curitiba: Editora da UFPR. a.1, n.1, 1996. p. 122-123.

Conforme Nelson Jobim, “o verdadeiro interesse do processo de integração está na gente, serve na medida que se aproxime das pessoas e estas encontrem nas normas comunitárias a solução para seus problemas concretos do cotidiano”⁹⁶. A pressão da sociedade civil e da comunidade jurídica pela elaboração de uma Carta Social foi fundamental para sua concretização, e pode ser representada pelas palavras de Wilson Ramos Filho:

(...) resta evidente a necessidade de se construir um corpo jurídico harmônico e, tanto quanto possível, uniforme como garantia para que os agentes sociais (os empresários, os empregados dos Estados, e, também, os trabalhadores) conheçam as regras dentro das quais se dará o desenvolvimento das relações neste mercado comum (...).

(...) o conteúdo de tal Carta Social pode ser mais amplo ou menos amplo, sendo certo que para além do que os teóricos americanos mencionam como *short list* e o que os de língua espanhola chamam de *núcleo duro*, haveria um leque mais abrangente, como a proibição do trabalho escravo, de menores, da discriminação racial ou de gênero, prevenção de acidentes, proteção aos trabalhadores migrantes, dentre outros, o que levam tais autores a propor que a Carta se denomine como Carta de Direitos Fundamentais, e não simplesmente como Carta Social do Mercosul.⁹⁷

E com esse prisma, ou ao menos parte dele, editou-se a Declaração Sócio-laboral do Mercosul, já aprovada por todos os membros, de 10 de dezembro de 1998, documento cujo estudo acena no próximo tópico.

O Tratado de Assunção contém apenas referências indiretas à livre circulação, razão pela qual os Estados Partes manifestaram-se desde o início que tal liberdade integrava o Mercosul, através da Declaração dos Ministros do Trabalho dos Estados Partes, o qual se refere à necessidade de se atender aos aspectos trabalhistas e com a criação do Sub-Grupo de Trabalho 10, Assuntos trabalhistas, emprego e seguridade social, encarregados das relações de trabalho.

Uma dos entraves é a distinção feita entre as assimetrias harmonizáveis e as não harmonizáveis dos ordenamentos internos. No Uruguai as relações trabalhistas são

⁹⁶ JOBIM, Nelson, em discurso prolatado no Primeiro Encontro de Escolas da Magistratura do Trabalho, em São Paulo, a 27.08.2000, citado por MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el MERCOSUR*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em: 25 set. 2005.. p.20

⁹⁷ RAMOS FILHO, Wilson. *Carta Social e Mecanismos de Solução de Controvérsias em Matéria de Conflitos de Trabalho no Mercosul*. Revista Direito e Mercosul. Curitiba: Editora da UFPR. a.1, n.1, 1996. p. 98 e 102.

reguladas por acordos coletivos enquanto na Argentina, no Brasil e no Paraguai há uma legislação trabalhista positivada fortemente intervencionista.

Diante disto, e apesar das arritmias entre as lideranças políticas e sociais, promulgou-se a 10 de dezembro de 1998 a Declaração Sócio-laboral do Mercosul, grafada pelos Presidentes de todos os Estados-Membros⁹⁸, principalmente com escopo na edição da Declaração da OIT relativa a princípios e direitos fundamentais no trabalho, do mesmo ano de 1998.

Essa declaração é o único instrumento relativo aos direitos sociais até o momento subscrito no âmbito do Mercosul, e não teria efeito vinculante⁹⁹, de acordo com a sistemática do Protocolo de Ouro Preto. Seu descumprimento, portanto, não ensejaria a atuação dos mecanismos de solução de controvérsias.

Para Mansueti, contudo, tem tanto eficácia jurídica quanto relevância política:

Esto surge con claridad de los expresos términos utilizados en el acuerdo¹⁰⁰, los cuales explicitan la obligante voluntad de los EEMM de “adoptar” sus principios y derechos del trabajo. Y surge asimismo y con igual o mayor claridad de los actos posteriores de los Gobiernos, siendo que ya han constituido la Comisión Sociolaboral que crea la *Declaración*, y se someten a su competencia *consultiva*, elevando las memorias a que alude dicho instrumento¹⁰¹¹⁰²

A Declaração é dividida em cinco partes distintas, em relação aos destinatários, aos direitos individuais (artigos 1º a 7º), aos direitos coletivos (artigos 8º a 12), à política social (artigos 13 a 19) e às normas relativas à sua aplicação e seguimento por meio de uma Comissão Sócio-laboral de composição tripartite (artigos 20 a 25).

Consubstancia em seu artigo 1º o princípio da não-discriminação, reproduzindo o texto das Convenções Internacionais relativas à matéria, contidas no capítulo 2 deste

⁹⁸ Disponível em: <http://www.sindicatomercosul.com.br/documento_texto.asp?noticia=11> Acesso em 25 set. 2005.

⁹⁹ Esta afirmação é controversa, e acerca da natureza jurídica da Declaração têm-se conclusões díspares entre seu teor predominantemente político ou jurídico.

¹⁰⁰ Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, artigos 11, 12 e 14, I.

¹⁰¹ A Corte Interamericana de Direitos Humanos, em sua opinião consultiva nº 10/89, vinculada à Declaração Americana de Direitos Humanos, sustentou que as Declarações de direitos, quando seu conteúdo haja sido incorporado à prática dos Estados a outros instrumentos, têm caráter vinculante e obrigam como um tratado, o qual resulta de inteira aplicação à Declaração Sócio-laboral.

¹⁰² MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el MERCOSUR*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p.20

trabalho. Em relação à temática do migrante, especificamente, discorre em seu artigo 4º que:

“1.- Todo trabajador migrante, independientemente de su nacionalidad, tiene derecho a ayuda, información, protección e igualdad de derechos y condiciones de trabajo reconocidos a los nacionales del país en el que estuviere ejerciendo sus actividades, de conformidad con las reglamentaciones profesionales de cada país.- 2.- Los Estados Parte se comprometen a adoptar medidas tendientes al establecimiento de normas y procedimientos comunes relativos a la circulación de los trabajadores en las zonas de frontera y a llevar a cabo las acciones necesarias a fin de mejorar las oportunidades de empleo y las condiciones de trabajo y de vida de estos trabajadores”

Em dois momentos, este dispositivo aborda, de maneiras distintas, os trabalhadores migrante e fronteiriço, apesar de a Declaração omitir definições acerca destas categorias. O traço que individualiza uma outra é que o migrante clássico abandona por completo seu país de origem, com ou sem família, para residir e trabalhar em um país distinto, enquanto o fronteiriço reside num Estado e trabalha no outro, tendo dupla vinculação nacional¹⁰³.

Para o trabalhador migrante, a norma do primeiro parágrafo da Declaração em pauta reconhece a plenitude de seus direitos à ajuda, proteção e informação, bem como à igualdade de tratamento em relação aos nacionais do Estado em que preste serviço, independentemente de sua nacionalidade de sua proveniência ou não de país-membro do Mercosul¹⁰⁴.

Já para os fronteiriços, afirma Mansueti¹⁰⁵, esta norma tem feição programática, já que não haveria como interpretar que os Estados se obrigassem a outra coisa senão ditar normas que regulamentem a circulação de trabalhadores nas áreas de fronteira e visem à melhoria das condições de trabalho, controle e liberdade concomitantemente. Neste aspecto, observa-se que em relação ao fato de terem os membros se

¹⁰³ MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el MERCOSUR*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p. 22

¹⁰⁴ MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el MERCOSUR*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p. 22

¹⁰⁵ MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el MERCOSUR*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p. 22

comprometido a adotar medidas tendentes à melhoria da condição dos fronteiriços, ainda para estudo do argentino em comento:

(...) no basta el simple enunciado de los propósitos aquí mencionados, sino más bien un conjunto vinculantes en el orden internacional, tienen carácter vinculante y obligan como un tratado, lo cual resulta de entera aplicación a la Declaración Sociolaboral de actividades positivas que encaucen hacia dicho fin las normas y prácticas nacionales¹⁰⁶.

Entretanto, tal liberdade, para tomar contornos concretos, deveria possuir uma série de desdobramentos, tais como: a liberdade de locomoção de um Estado – Membro para outro, com o intuito de responder a uma oferta de emprego ou de aí procurar ofertas de emprego; a liberdade de residência, isto é, a liberdade de permanência em um local o Estado– Membro, podendo inclusive fixar residência; o reconhecimento das qualificações e das aptidões profissionais, essenciais para que o trabalhador possa exercer sua profissão; a igualdade na contribuição e no acesso às prestações sociais; o direito de reagrupamento familiar, que consiste na possibilidade do trabalhador se fixar no Estado – Parte com sua família, e na possibilidade destes não sofrerem discriminações de espécie alguma no Estado – Membro de destino.

Então, em atenção à persecução destes fins, há que se estudar os mandamentos de direito interno dos membros do Mercosul, verificando sua coesão e alinhamento à Declaração Sócio-laboral e aos demais pactos pertinentes, que são objeto de pesquisa não menos atraente do que o eleito para a presente leitura, mas nela não se incluem – à exceção do indispensável ordenamento brasileiro, que talhado a seguir – em obediência ao nexu sistêmico a que se propõe.

4.2.2 Ordenamento interno brasileiro

A marcha da Integração Regional implica na redução de parcela da soberania estatal como é entendida, conforme explicita Flávia Piovesan:

¹⁰⁶ MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el MERCOSUR*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p. 22

a partir do momento em que o Brasil se propõe a fundamentar suas relações internacionais com base na prevalência dos direitos humanos, está ao mesmo tempo reconhecendo a existência de limites e condicionamentos à noção de soberania estatal, ao modo pelo qual tem sido tradicionalmente concebida¹⁰⁷.

A extensão de direitos e garantias aos estrangeiros corrobora este entendimento, e a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º, traz como direito individual fundamental o princípio da não-discriminação, que toma contorno de cláusula pétrea e deve servir de prisma hermenêutico para toda legislação infraconstitucional que verse sobre a condição jurídica do estrangeiro em território nacional. Diz o *caput*:

Todos são iguais perante a lei, sem qualquer distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Já no capítulo referente aos direitos sociais, proíbem-se no artigo 7º, inciso XXX, as diferenças de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; e no inciso XXXI, qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

Disso se depreende a ausência de proibição expressa de discriminação em razão da nacionalidade neste ponto específico, grife-se suprida pela construção hermenêutica pacífica de interpretação destes dispositivos no espectro da letra do artigo 5º.

Assim se orienta a Lei Federal no 9.029, de 13 de abril de 1995:

Artigo 1º Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção do menor previstas no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.

Em consequência desta menção expressa, deveriam ficar tacitamente revogadas todas as disposições que prevêm tratamento diferenciado fundado em nacionalidade, por caracterizarem trato discriminatório do trabalhador estrangeiro residente no

¹⁰⁷ PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*, 3ª ed. Atualizada, São Paulo: Max Limonad, 1997. p.316.

Brasil¹⁰⁸. Entretanto, estas normas ainda não foram revogadas expressamente, e se mostram incompatíveis com a igualdade efetiva de direitos almejada na Declaração Sócio-laboral do Mercosul¹⁰⁹.

Dentre elas, identificam-se às previsões dos artigos 352 a 371 da CLT, especialmente os de nº 353, 354 e 358 e 359, claras disparidades que preferem aos brasileiros nas situações que prescrevem.

Elementar trazer à baila, neste influxo, a Lei Federal nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, largamente denominada Estatuto do Estrangeiro, que representa o documento de maior relevância, abaixo da Constituição Federal, à condição jurídica do estrangeiro no país.

Em virtude de o Estatuto ter sido editado e publicado anteriormente à promulgação da Carta Magna de 1988, e da evolução do cenário democrático nela previsto, existe uma comissão interministerial formada para discutir a sua reforma, já que seu texto diverge dela em alguns pontos, como saúde e educação. O estatuto não permite acesso do estrangeiro a esses serviços públicos; já a Constituição assegura tratamento igual a todos.

As principais propostas de mudanças – oficiais – previstas na reforma do Estatuto são: criar novas categorias de vistos, como para es, cientistas e empresários, a fim de incentivar a entrada de mão-de-obra qualificada; facilitar emissão de vistos e documentos para imigrantes sul-americanos, o que significa regras menos rígidas e barateamento de custos; e estabelecer critérios mais ágeis para deportação ou expulsão de estrangeiros que cometem crime no Brasil.

A demanda popular relativa a este potencial movimento legislativo da Lei dos Estrangeiros no Brasil postula a liberdade de circulação; a criação e adoção do conceito de cidadania universal, a anistia e a reforma agrária, conforme se extraiu do Seminário

¹⁰⁸ DELGADO, Maurício Godinho. Proteções contra a discriminação na relação de emprego. In: *Discriminação*. Coordenado por Márcio Túlio Viana e Luiz Otávio Linhares Renault. São Paulo: LTr, 2000. p.106

¹⁰⁹ MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el MERCOSUR*. Disponível em: <www.mansueti.com.ar/web/pdf/enero2004.pdf> Acesso em: 25 set. 2005. p.24

Travessias na Desordem Global, ocorrido em janeiro de 2005 no Fórum Social Mundial de Porto Alegre¹¹⁰.

Reitera-se que, se a nova redação do estatuto levar em conta ao menos a racionalidade da pressão infirmada pelos movimentos sociais, em vez de toda a sua demanda, com certeza o texto final restaria aproximado, no plano concreto, do escopo teleológico do texto constitucional.

¹¹⁰ “Com a participação de cerca de 600 pessoas, de 35 países, o Fórum Social das Migrações encerra-se amanhã, dia 25/01, e deve apresentar algumas indicações para a elaboração de uma Nova Lei dos Estrangeiros, mais solidária e justa e que possibilite uma maior integração. Outra proposta defendida pelos participantes é o direito a livre circulação, criação e adoção do conceito da cidadania universal, anistia e, no Brasil, a realização da Reforma Agrária, para que os trabalhadores possam permanecer em seus locais de origem e tenham os meios e recursos para produzirem, reduzindo assim as migrações sazonais, que os expõem a situação de exploração da mão-de-obra como o trabalho temporário ou trabalho escravo”. Disponível em: <<http://www.migracoes.com.br>> Acesso em: 25 set. 2005.

5 CONCLUSÃO

O fenômeno migratório atual é consequência direta da disparidade social-econômica existente no plano internacional, e encrudesce as contradições da globalização neoliberal, ao evidenciar-se o crescimento econômico sem geração de empregos. O capital especulativo toma a foice e o martelo, subtraindo dos trabalhadores não-qualificados das regiões periféricas o espaço no mercado e o papel nas atividades produtivas. Instinto humano, a subsistência se faz necessária, e engendra a mobilidade profissional em busca do trabalho perdido.

Notando o incremento exponencial desta mobilidade nas últimas décadas, observa-se o quão acentuada e profunda é a influência desta realidade na organização produtiva internacional. Os migrantes carregam, por um lado, o fardo da discriminação cultural nas suas mais variadas acepções, acompanhada pela marginalidade jurídica, e, por outro, a incumbência de movimentar de próprios punhos as próprias economias desenvolvidas, realizando, quase que exclusivamente, atividades estruturais em ambos os níveis produtivos, seja primário, secundário ou terciário.

A sistematização internacional mínima, que estabelece os princípios fundamentais básicos de proteção do trabalho migrante, não se vê efetiva, diante de notícias do vilipêndio constante destes direitos.

Entra em cena a falta de vontade política dos Estados receptores – que não promovem as medidas administrativas de realização plena destas normas. Estes se mostram protagonistas de omissão dolosa diante da exploração e exposição a condições subumanas de trabalho dos migrantes, geralmente em situação irregular no país de destino.

Os imigrantes, que acabam deixando suas terras compulsoriamente em busca de melhores condições de vida, tornam-se vulneráveis a condições de trabalho insalubres ou perigosas, jornadas ilimitadas, seguridade e assistência social e à saúde praticamente inexistentes.

O direito, meio pelo qual se pronunciam os sujeitos de prerrogativa e jurisdição acerca destas situações – os Estados – se realiza na medida da vontade política das lideranças civis, geralmente econômicas e oligopólicas. Fato é que as Convenções n^{os} 97 e 143 da OIT, bem como todos os instrumentos humanistas que declaram direitos sociais no plano internacional, estas no trato específico dos migrantes, contêm normas se não eficazes, ao menos estimuladoras, como instrumento de defesa da dignidade destes trabalhadores.

Embora escópicos, os princípios da não-discriminação, liberdade sindical, erradicação dos trabalhos escravo e infantil, declarados como fundamentais pela OIT, propiciam a mobilização da sociedade civil para a concretização de seus mandamentos, mediante órgãos internacionais de denúncia e solução de controvérsias.

Fato é que a realidade a ser transformada é imensa, já que predominante a não-regulação, omissão e minimização da atuação estatal no plano social nos países desenvolvidos em relação à mão-de-obra imigrante em situação irregular.

Já em relação à mão-de-obra qualificada ou cunhada pela origem em Estados de economia forte, a realidade é diferente. Há incentivo para a fuga de cérebros, bem como fomento e condicionamento jurídico favorável para a mobilidade profissional intracomunitária, como exemplo firme a integração regional européia.

Em outro plano, o Mercosul, apesar de já ter encartado sua Declaração Sócio-laboral relativa à circulação de pessoas e trabalhadores migrantes e fronteiriços, ainda engatinha no plano da integração, já que ainda se encontra em fase anterior de evolução – ainda é tido com união aduaneira incompleta, nem sequer mercado comum – em relação à União Européia.

Diante do trilhar do sistema internacional mínimo, representado pela Declaração e Convenções da OIT sobre trabalhadores migrantes, em paralelo ao ordenamento regional europeu, observa-se o paradoxo nítido na relação dos Estados desenvolvidos com os estrangeiros neles residentes.

Os mesmos subscritores e promotores dos princípios da igualdade e não-discriminação segregam os migrantes cotidianamente, num arcabouço inevitável: se

não são destinatários das normas, pois irregulares – já que oriundos de Estados terceiros marginais – também não são destinatários, efetivamente, das garantias, da dignidade.

Outorgam liberdade plena de circulação é exemplo de dinamicidade e força econômico-sociais, aos seus nobres filhos, que mais que liberdade de partir (circular), têm liberdade de ficar, permanecer.

Questão de prerrogativa: a prevalência da *escolha* pela terra natal, a despeito da imposição da estagnação geográfica regular ou incursões ilegais (suportadas pelos migrantes), é liberdade revolucionária, exercício pleno de dignidade: 98,5% dos cidadãos europeus desenvolvem suas atividades produtivas ao enlace de suas raízes, mesmo diante das práticas de fomento das migrações laborais regulares dentro dos contornos da União¹¹¹.

De outro lado, os dados da ONU denunciam a existência de mais de 180 milhões de indivíduos em situação irregular fora do território de seus países de origem, invariavelmente condicionados a situações anecúmenas, à margem do direito e do destino dos princípios e normas internacionais. Nas diversas regiões periféricas do globo, o que impera não é prerrogativa, não é escolha, não é poder. É fardo.

E é o superconcreto dos povos oriundos destas regiões que precisa ser transformado, para que se lhes garanta o mínimo existencial de realização da personalidade humana, e se lhes afastem inserções na escravidão, exploração e discriminação, fenômenos em pleno descompasso com a estrutura democrática cujo discurso, hegemônico, faz se circular.

¹¹¹ Consulta online no Portal Europeu da Mobilidade Profissional. Disponível em: <<http://www.eu.int/eures/main.jsp?lang=pt&catId=7533&myCatId=7533&parentId=20&acro=news>> Acesso em 25 set. 2005.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de Direito Internacional Público*. São Paulo: Saraiva, 2000.

BARROS, Alice Monteiro de. *Direito Comunitário do Trabalho*. In: LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo (coord.) *Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional – O papel do juiz no processo de integração regional*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

BELTRAN, Ari Possidônio. *Os Impactos da Integração Econômica no Direito do Trabalho – Globalização e Direitos Sociais*. São Paulo: LTR, 1998.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. Coimbra: Livraria Almedina, 1.^a ed., 1997.

COQUEIRO COSTA. *Processo do Trabalho: Princípios e peculiaridades – Apud Curso de Direito do Trabalho em Homenagem a Mozart Victor Russomano*. Ed. Saraiva, 1985.

COUTINHO, Aldacy Rachid. *Direito do Trabalho e Mercosul: Perspectivas para uma Integração Regional*. Revista Direito e Mercosul. Curitiba: Editora da UFPR. a.1, n.1, 1996.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *Introdução aos princípios gerais do processo penal brasileiro*. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, nº 30. Curitiba: UFPR,

DELGADO, Maurício Godinho. *Proteções contra a discriminação na relação de emprego. Discriminação*. Coordenado por Márcio Túlio Viana e Luiz Otávio Linhares Renault. São Paulo: LTr, 2000.

MANSUETI, Hugo Roberto. *Circulación de Trabajadores en el MERCOSUR*. Buenos Aires: , 2004.

MARQUES, Eduardo Lorenzitti. *Direitos Humanos no Mercosul*. Mercosul – Integração Regional e Globalização. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. 8^a ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*, 3ª ed. Atualizada, São Paulo: Max Limonad, 1997.

RAMOS, André de Carvalho. *Direitos Humanos e o Mercosul*. In *Mercosul – Integração Regional e globalização*, Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

RAMOS FILHO, Wilson. *Carta Social e Mecanismos de Solução de Controvérsias em Matéria de Conflitos de Trabalho no Mercosul*. Revista Direito e Mercosul. Curitiba: Editora da UFPR. a.1, n.1, 1996.

SCHILLING, Paulo R. *Mercosul: Integração ou dominação?* São Paulo: CEDI, 1992.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. *Mercosul – Direitos Humanos, Globalização e Soberania*. Belo Horizonte: Inédita, 1997.

STOLOVICH, Luis. *El impacto de la integración económica regional sobre el mundo de trabajo. El caso del MERCOSUR*. Cuadernos de Informacion Popular. Montevideu: CIEDUR – DATES nº 13, 1994

TARAN & GERONIMI. *Globalización y migraciones laborales: Importância de la protección*. Genebra: OIT, 2003.

VEGA-RUIZ, Maria-Luz. *Libertad de asociación, libertad sindical y el reconocimiento efectivo del derecho de negociación colectiva en América Latina*. Genebra: OIT, 2004.